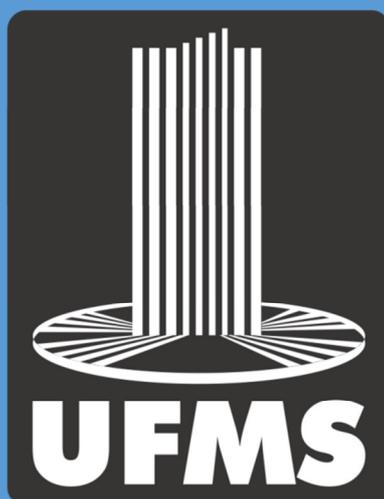


# AUTOAVALIAÇÃO SETORIAL 2017-1 FADIR



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

OUTUBRO DE 2017

**SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>UNIDADE SETORIAL.....</b>	<b>4</b>
1.1	HISTÓRICO.....	4
<b>2</b>	<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
2.1	CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO 2001 (DIURNO).....	5
2.1.1	<i>Indicadores.....</i>	5
2.1.2	<i>Avaliação externa.....</i>	5
2.1.3	<i>Avaliação interna pelos discentes .....</i>	6
2.1.4	<i>Considerações da comissão setorial.....</i>	17
2.2	CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO 2002 (NOTURNO).....	18
2.2.1	<i>Indicadores.....</i>	18
2.2.2	<i>Avaliação externa.....</i>	18
2.2.3	<i>Avaliação interna pelos discentes .....</i>	19
2.2.4	<i>Considerações da comissão setorial.....</i>	29
<b>3</b>	<b>PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
3.1	PÓS-GRADUAÇÃO.....	31
3.1.1	<i>Curso de pós-graduação lato sensu em Educação em Direitos Humanos .....</i>	31
3.1.2	<i>Curso de pós-graduação stricto sensu Mestrado em Direito .....</i>	31
3.2	PESQUISA – RESULTADOS DA PESQUISA NA FADIR .....	32
<b>4</b>	<b>EXTENSÃO E APOIO AO DISCENTE.....</b>	<b>40</b>
<b>5</b>	<b>AVALIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA .....</b>	<b>41</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>

## INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados da autoavaliação setorial realizada na Faculdade de Direito – FADIR, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, durante o período 2017-1. Compreende-se que o processo de avaliação interna volta-se a proposição de medidas para a qualidade educativa, por meio da sistematização de informações, sobre as formas de organização, administração e ação ao identificar potencialidades e oportunidades de melhoria, a partir das quais a alta direção poderá estabelecer as estratégias de superação de dificuldades.

Para tanto, foram utilizados como instrumentos de sensibilização da comunidade acadêmica: mensagens por correio eletrônico ao Diretório dos Estudantes, mensagens via *whatsapp* aos representantes de turma, além do contato direto entre representante da CSA e comunidade acadêmica.

A sensibilização dos professores foi instrumentalizada por mensagens por correio eletrônico (individualizadas), mensagens via *whatsapp* ao grupo de professores da faculdade, além, do contato direto entre representante da CSA e professores.

Já a sensibilização dos técnicos administrativos foi realizada apenas, por meio de mensagens individualizadas por correio eletrônico.

A sensibilização feita junto a alta direção da faculdade, coordenadora e diretora, foi realizada por meio de mensagens por correio eletrônico, bem como conversas diretas entre representante da CSA e alta direção.

O processo de coleta de informações envolveu a conferência das bases de dados disponíveis no SISCAD, e-mails da CPA à CSA/FADIR e revisão dos antigos relatórios.

O relatório é organizado como segue. A seção 2 mostra a avaliação dos cursos de graduação. A seção 3 apresenta os resultados da avaliação dos cursos de pós-graduação. Os itens de extensão e apoio ao estudante são descritos na Seção 4. Ao final, são apresentadas algumas considerações finais.

## 1 UNIDADE SETORIAL

### 1.1 Histórico

O Curso de Direito/diurno/CCHS foi criado pela Resolução nº 60, Coun, de 22.12.1995, e implantado no primeiro semestre de 1996. O Curso de Direito/noturno/CCHS, por sua vez, foi criado pela Resolução nº 10, Coun, de 03.05.2001, e implantado no segundo semestre de 2001. O Curso de Direito foi reconhecido pela Portaria MEC nº 436, de 15.02.2002.

O Curso de Direito/diurno/CCHS teve início com 45 vagas e, posteriormente, foi ampliado para cinquenta e, no ano de 2000, passou a oferecer sessenta vagas, situação que permanece até a presente data. O Curso de Direito/noturno/CCHS teve início com sessenta vagas e assim continua até a presente data. Assim, na atualidade, o Curso de Direito-FADIR, como um todo, oferece o total de 120 vagas. Em 2002, o Curso passou pela avaliação das Condições de Oferta de Curso, obtendo os seguintes conceitos por item de avaliação: a) CORPO DOCENTE: “Bom”; b) ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA: “Bom”; e c) INSTALAÇÕES: “Regular”. Na avaliação do Exame Nacional de Cursos (ENC), nos anos de 2000, 2001 e 2002, o curso recebeu por três anos consecutivos o conceito “A”.

No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE 2006) o curso recebeu a seguinte avaliação: a) ENADE: 5; e b) IDD: 4. No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE 2009) o curso recebeu a seguinte avaliação: a) ENADE: 5; e b) IDD: 4.

A Faculdade de Direito, criada através de Resolução nº 99/2008 do Conselho Universitário (COUN), de 10/11/2008, publicada no BS nº 4447 de 21/11/2008 e implantada através de Resolução nº 69/2009 do Conselho Universitário (COUN), publicada no BS nº 4660 de 09/10/2009, tem sua organização e funcionamento estabelecidos pela Legislação Federal, pelo Estatuto da UFMS, pelo Regimento Geral da UFMS, pelas Resoluções dos Conselhos Superiores da UFMS e por seu Regimento Interno, com a seguinte estrutura organizacional: I- Secretaria Acadêmica; e II- Departamento de Direito Público, Internacional e Privado. A referida Resolução foi homologada pelo COUN por meio da Resolução nº 85, de 07 de Dezembro de 2009.

Este documento apresenta a autoavaliação da Faculdade de Direito da UFMS no ano de 2017, e tem como objetivo apresentar todos os aspectos relevantes e importantes dentro da Unidade, buscando o desenvolvimento integral e a melhoria constante na qualidade dos processos educacionais e científicos nela produzidos. Além disso, as análises feitas a partir desta avaliação deverão servir como instrumentos norteadores das políticas e ações futuras da FADIR, visando sempre promover o

oferecimento à comunidade de ensino e pesquisa de qualidade, ao mesmo tempo que fornece subsídios à CPA da UFMS em sua autoavaliação.

## 2 CURSOS DE GRADUAÇÃO

### 2.1 Curso de Bacharelado em Direito 2001 (diurno)

<b>Habilitação</b>	<b><i>Bacharelado em Direito</i></b>
Área de Concentração	Humanas
Local de oferta	Campus Campo Grande
Duração	10 semestres
Implantação	1996
Autorização	Resolução nº 10*, Coun, de 03.05.2001
Reconhecimento	Portaria MEC nº 436, de 15.02.2002.
Turno	Integral e sábado (manhã e tarde)
Número de vagas	60 – primeiro semestre (Integral)
Carga Horária	3.934 horas
Coordenação	Profa. Luciane Gregio Soares Linjardi

#### 2.1.1 Indicadores

Ingressantes	60 – primeiro semestre (Integral)
Formados	39
Evasão	23

Atualmente, o corpo docente da FADIR é composto por 23 professores efetivos.

Já, o conjunto de técnicos-administrativos da FADIR é composto, atualmente, de:

2 administradores;

5 assistentes em administração;

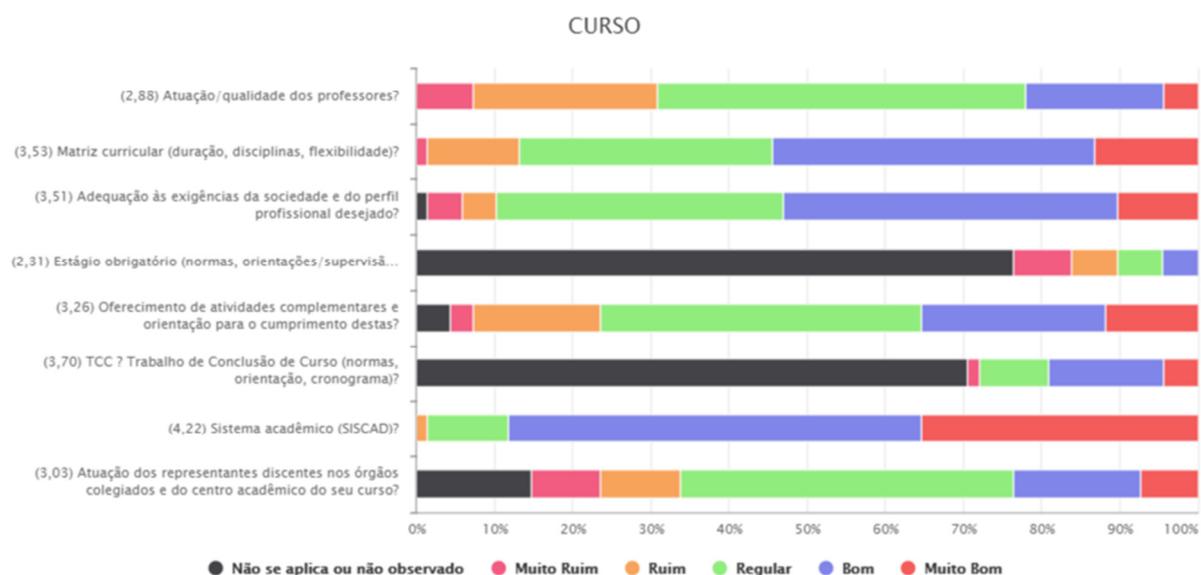
1 auxiliar em administração;

2 técnicos em assuntos educacionais.

#### 2.1.2 Avaliação externa

O curso de Direito da FADIR/UFMS alcançou a nota 5 (diurno) e 4 (noturno) no ENADE, além da nota 5 na avaliação feita in loco pelo INEP em 2015.

### 2.1.3 Avaliação interna pelos discentes



As observações feitas pelos acadêmicos em relação ao seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à atuação dos professores, apenas, 22,06% mostraram-se satisfeitos, tendo respondido com uma pontuação entre bom e muito bom.

Quanto a matriz curricular do curso 54,42% mostraram-se satisfeitos, tendo respondido com uma pontuação entre bom e muito bom.

Quanto à adequação às exigências da sociedade e do perfil profissional desejado 52,94% mostraram-se satisfeitos, tendo respondido com uma pontuação entre bom e muito bom.

Quanto à organização e a realização do estágio obrigatório, apenas, 4,41% consideraram bom.

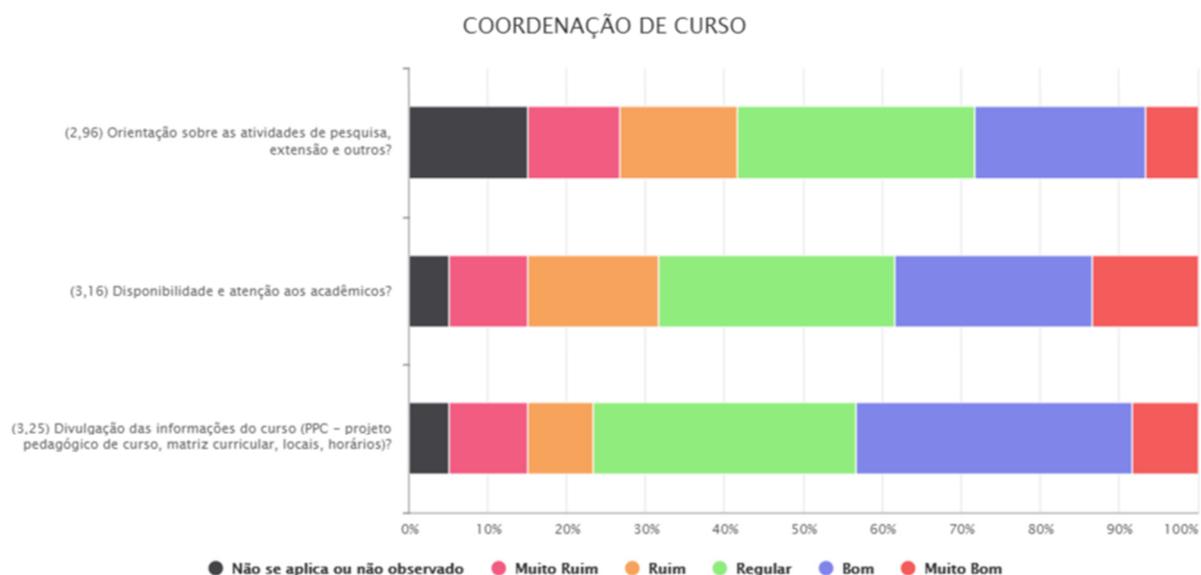
Quanto ao oferecimento de atividades complementares 35,29% avaliaram como bom ou muito bom.

Quanto à organização e a realização do trabalho de conclusão de curso 19,12% consideraram como bom ou muito bom.

Já em relação ao sistema acadêmico SISCADI, 88,23% dos acadêmicos que responderam ao questionário de avaliação consideraram como bom ou muito bom em sua avaliação.

Por fim, com relação a atuação dos representantes discentes nos órgãos colegiados e no centro acadêmico, 23,53 avaliaram como bom ou muito bom.

### 2.1.3.1 Avaliação da coordenação de curso



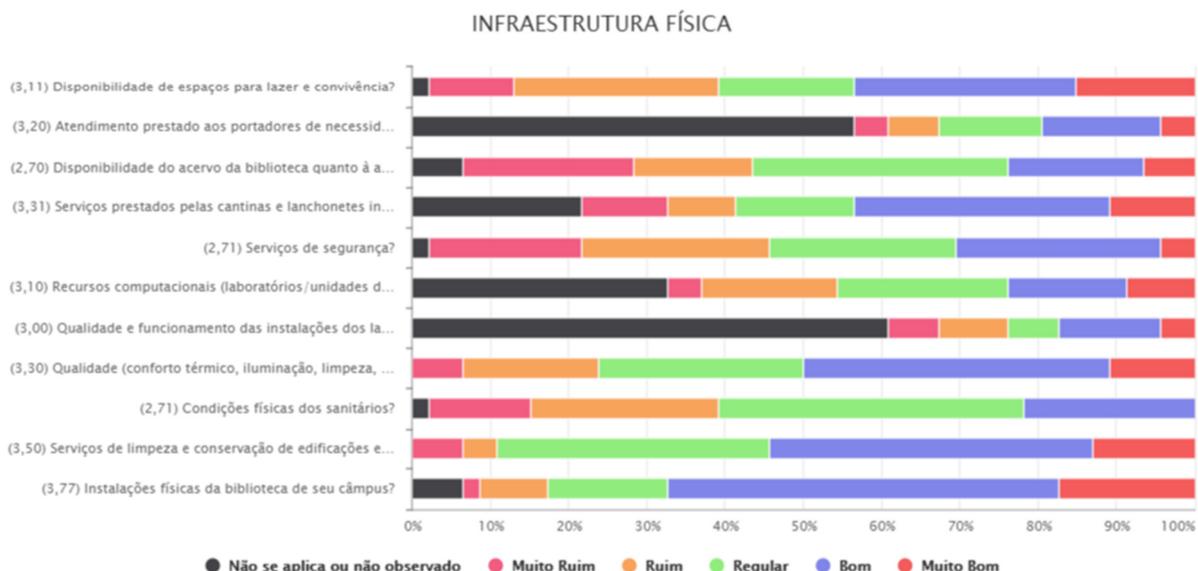
As observações feitas pelos acadêmicos em relação à coordenação do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros 28,34% consideraram o resultado como bom ou muito bom.

Quanto à disponibilidade e atenção aos acadêmicos 38,33% avaliaram como bom ou muito bom o resultado.

Quanto à divulgação de informações do curso sobre o projeto político pedagógico, matriz curricular, horários 43,33% considerou bom ou muito bom o resultado apresentado.

### 2.1.3.2 Avaliação da infraestrutura do curso



As observações feitas pelos acadêmicos em relação à infraestrutura física, onde acontecem as atividades do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à disponibilidade de espaços para lazer e convivência, 43,48% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom.

Quanto ao atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais, 19,57% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom.

Quanto à disponibilidade do acervo da biblioteca diante do tamanho do curso, 23,71% dos alunos consideraram bons ou muito bons já, 69,57% consideraram o acervo ruim, regular ou muito ruim, o que denota a necessidade de atenção aos gestores do curso.

Quanto aos serviços prestados por cantinas e lanchonetes, 43,48% dos alunos considerou bom ou muito bom o atendimento.

Quanto aos serviços de segurança, 30,44% dos alunos consideraram bom ou muito bom, porém, 67,39% dos alunos consideraram os serviços de segurança, como ruim, muito ruim ou regular, o que também denota a necessidade de atenção pela alta direção da faculdade.

Quanto à disponibilidade de recursos computacionais, como laboratórios, unidades de aulas práticas, equipamentos, sistemas e internet, 23,92% dos acadêmicos classificaram como bom ou

muito bom, já, 43,48% dos acadêmicos, classificaram como regular, ruim ou muito ruim, o que destaca a oportunidade de implantação de melhorias nesse item.

Quanto à qualidade e funcionamento das instalações onde ocorrem as aulas práticas, 17,39% avaliaram como bom ou muito bom.

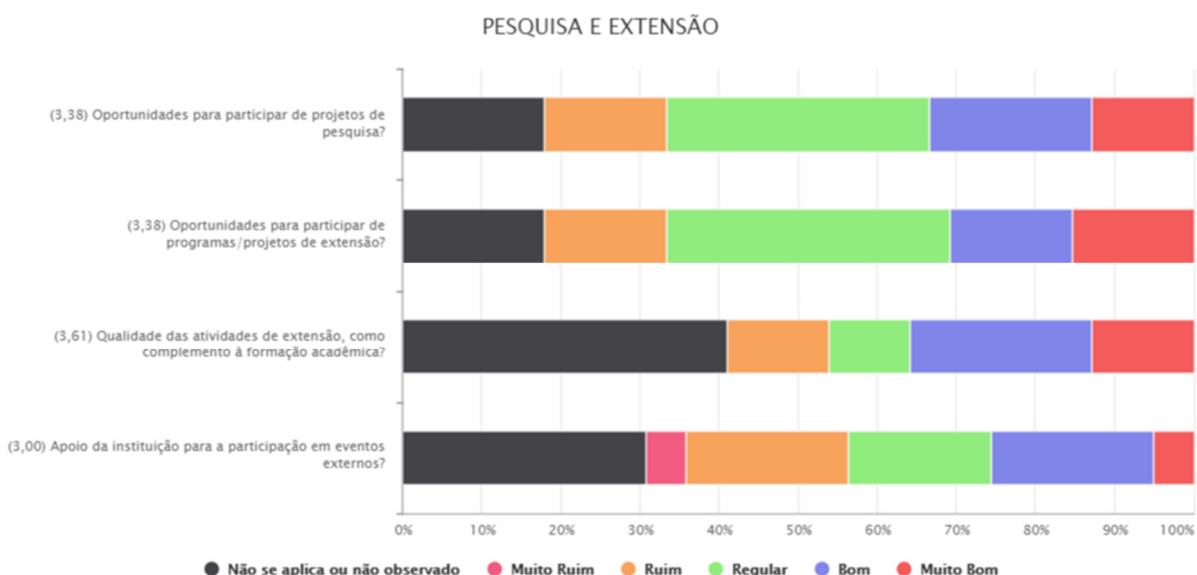
Quanto à qualidade das salas de aula, itens como conforto térmico, iluminação, conservação, limpeza e mobiliário, 50% dos alunos mostraram satisfação, ao avaliar com bom ou muito bom.

Quanto às condições físicas dos sanitários, 76,08% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim, o que denota a necessidade de implantação de medidas de melhoria.

Quanto aos serviços de limpeza, os alunos consideraram bom ou muito bom 54,34%.

Quanto às instalações físicas da biblioteca, 67,39% dos alunos considerou bom ou muito bom.

### 2.1.3.3 Avaliação da pesquisa e extensão do curso



As observações feitas pelos acadêmicos em relação às ações de pesquisa e extensão desenvolvidas dentro do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

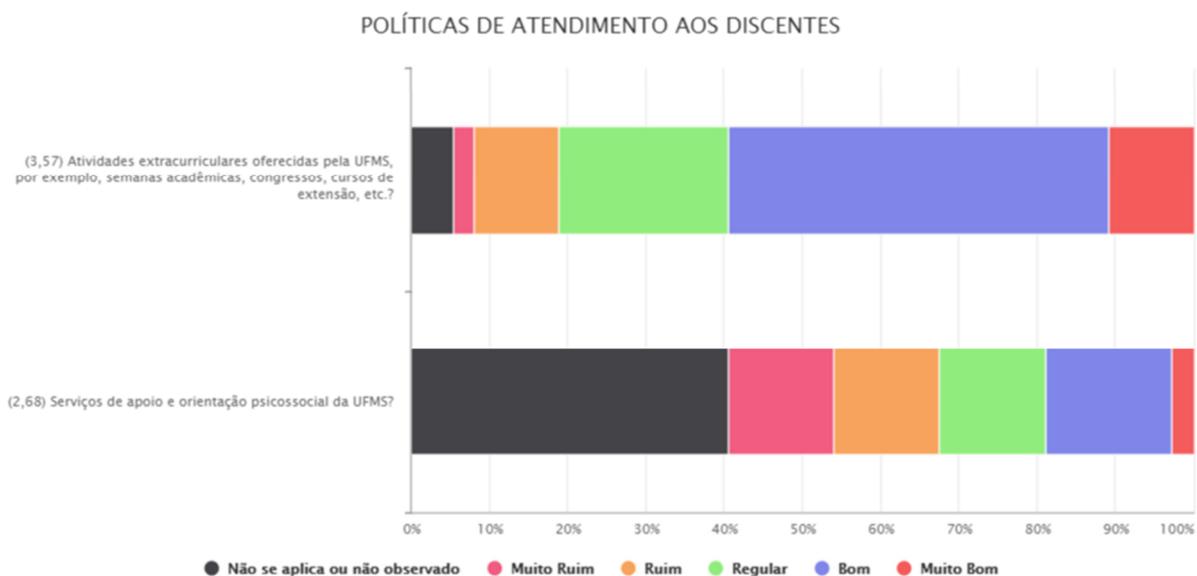
Quanto às oportunidades para participar de projetos de pesquisa, 33,33% dos alunos consideraram bom ou muito bom o resultado apresentado.

Quanto às oportunidades para participar de programas/projetos de extensão 30,76% dos alunos consideraram bom ou muito bom o resultado apresentado.

Quanto à qualidade das atividades de extensão, como complemento a formação acadêmica, 35,9% dos alunos considerou bom ou muito bom o resultado apresentado.

Quanto ao apoio institucional para a participação em eventos externos, 25,64% dos alunos considerou bom ou muito bom o resultado apresentado.

#### 2.1.3.4 Avaliação das políticas de atendimento aos discentes

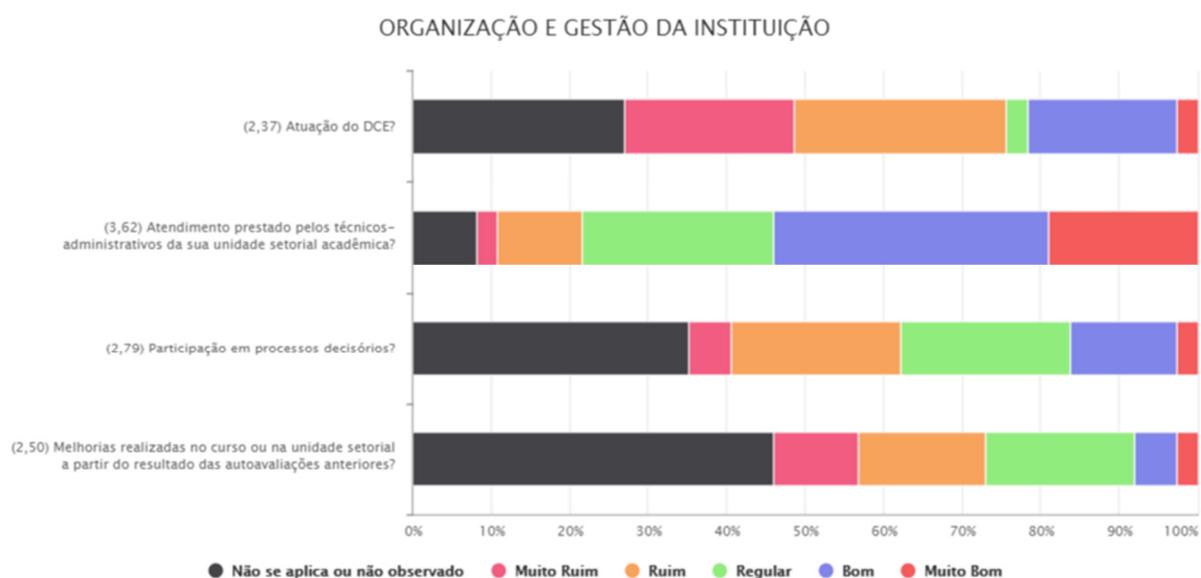


As observações feitas pelos acadêmicos em relação às ações de atendimento aos discentes desenvolvidas dentro do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto às atividades extracurriculares oferecidas pela UFMS, com p. e. semanas acadêmicas, congressos, cursos de extensão, e. o. foram consideradas como bom ou muito bom por 59,46% dos acadêmicos.

Quanto aos serviços de apoio e orientação psicossocial 40,53% considerou com regular, ruim ou muito ruim, sendo que, 18,92% considerou como bom ou muito bom, o que denota a possibilidade de implantação de melhorias contínuas nos referidos serviços.

### 2.1.3.5 Avaliação da organização e gestão da instituição



As observações feitas pelos acadêmicos em relação à organização e gestão da instituição, durante o período de coleta das informações mostrou que:

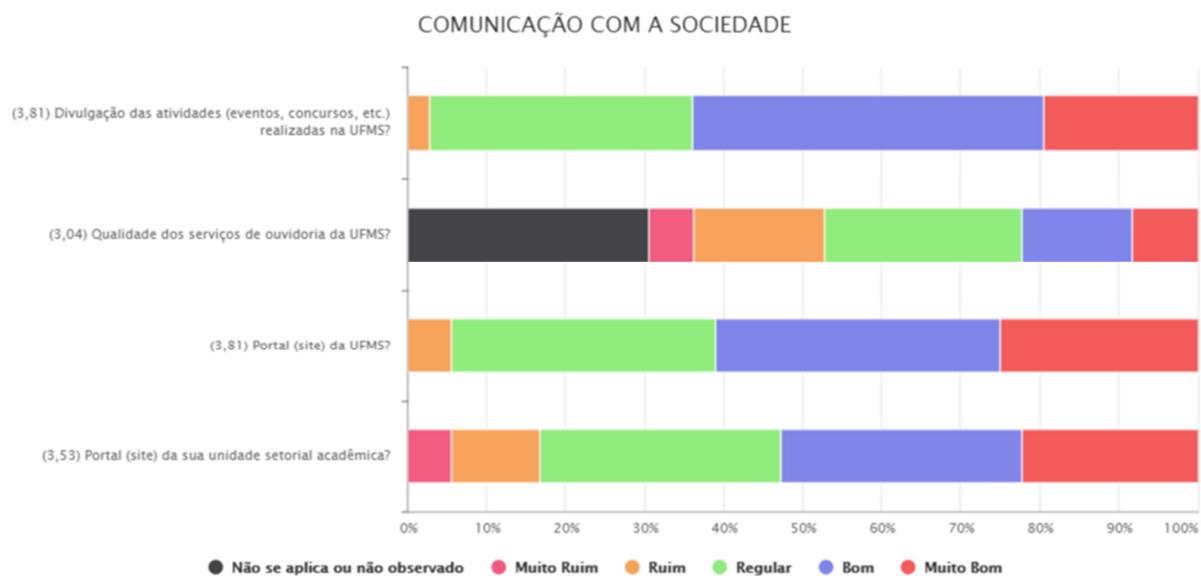
Quanto à atuação do DCE, 21,62% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom.

Quanto ao atendimento prestado pelos técnicos-administrativos da sua unidade setorial, 54,06% dos alunos consideraram bom ou muito bom.

Quanto à participação em processos decisórios, 16,21% dos alunos considerou bom ou muito bom sua participação.

Quanto às melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores, 45,95% dos acadêmicos consideraram o resultado regular, ruim ou muito ruim, o que denota uma oportunidade para ampliar a comunicação entre a direção da faculdade e o meio acadêmico, reforçando a gestão democrática.

### 2.1.3.6 Avaliação da comunicação com a sociedade



As observações feitas pelos acadêmicos em relação à comunicação com a sociedade, durante o período de coleta das informações mostrou que:

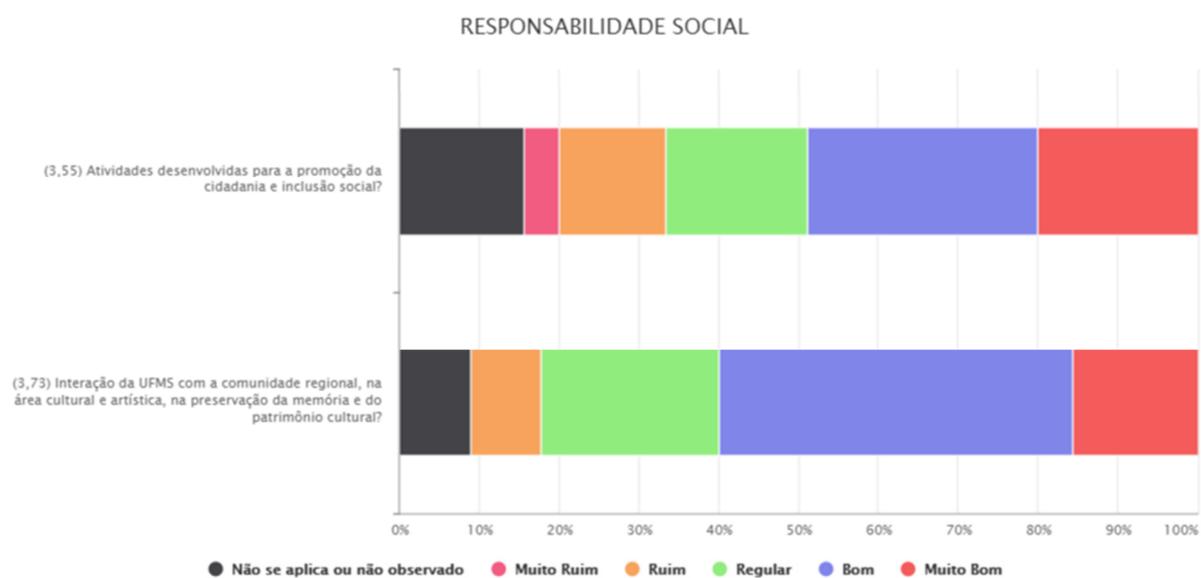
Quanto à divulgação das atividades, como p. e. eventos, concursos, e. o. realizados pela UFMS, 63,84% considerou o resultado como bom ou muito bom.

Quanto à qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS, 47,23% dos acadêmicos avaliou como regular, ruim ou muito ruim, sendo que, 22,22% considerou como bom ou muito bom.

Quanto ao portal da UFMS, 61,11% dos avaliados considerou bom ou muito bom.

Quanto ao portal da FADIR, 52,78% dos avaliados considerou bom ou muito bom.

### 2.1.3.7 Avaliação da responsabilidade social

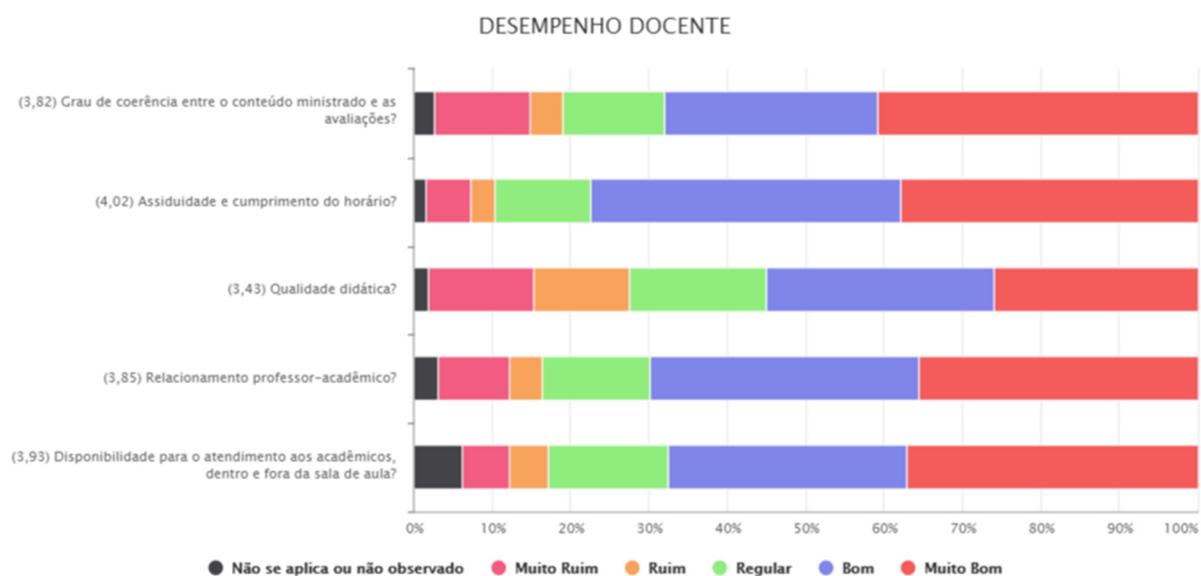


A avaliação dos docentes do seu curso quanto a responsabilidade social, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto às atividades desenvolvidas para a promoção da cidadania e inclusão social, 35,51% dos acadêmicos avaliou como regular, ruim ou muito ruim, ao passo que, 48,89% avaliou como bom ou muito bom.

Quanto à interação da UFMS com a comunidade regional, na área cultural e artística, na preservação da memória e do patrimônio cultural, 59,96% dos alunos considerou como bom ou muito bom.

### 2.1.3.8 Avaliação dos docentes do curso pelos discentes



As observações feitas pelos acadêmicos em relação a avaliação dos docentes do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto ao grau de coerência entre o conteúdo ministrado e as avaliações, 67,94% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

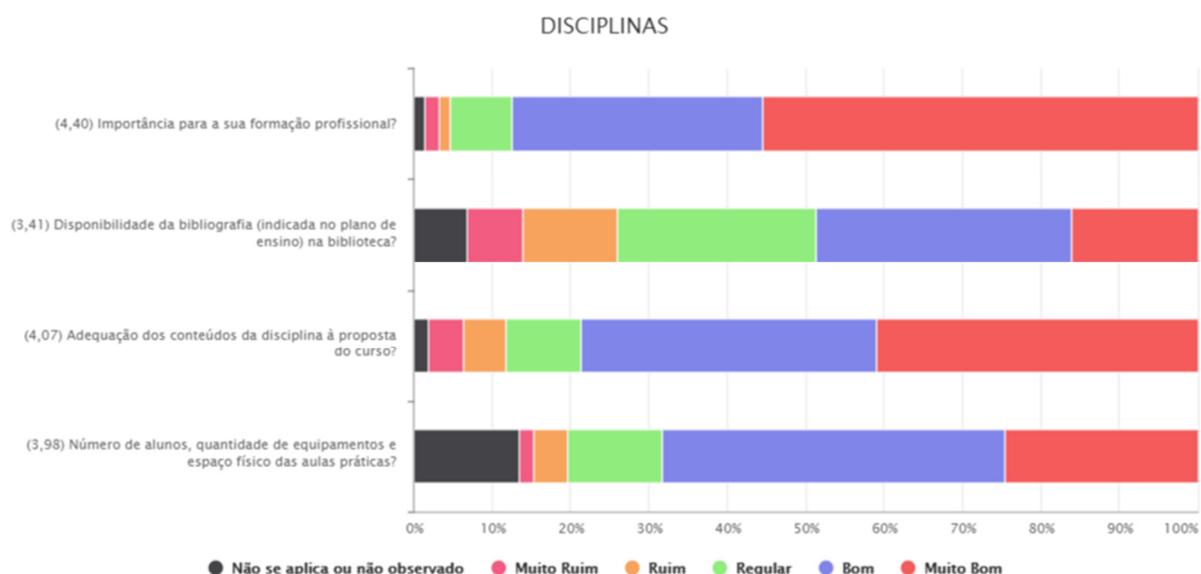
Quanto à assiduidade e cumprimento dos horários em sala de aula, 73,48% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

Quanto à qualidade didática, 54,96% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

Quanto ao relacionamento professor-acadêmico, 69,85% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

Quanto à disponibilidade para o atendimento aos acadêmicos dentro e fora de sala de aula, 67,55% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

### 2.1.3.9 Avaliação das disciplinas do curso



As observações feitas pelos acadêmicos em relação a coordenação do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

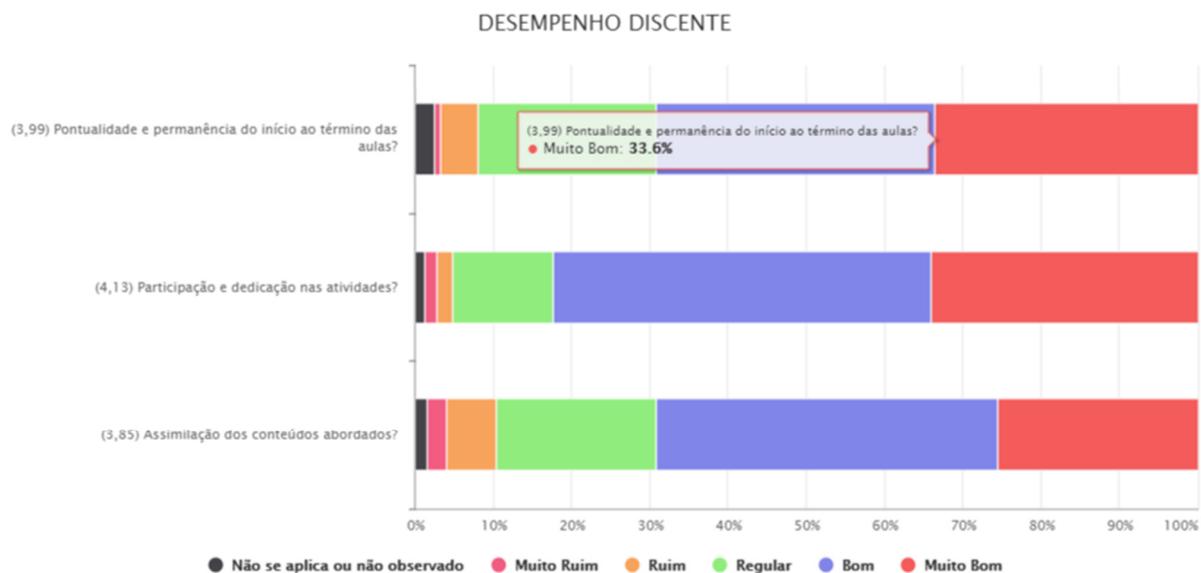
Quanto à importância das mesmas para a formação profissional 87,55% avaliaram como bom e muito bom.

Quanto à disponibilidade da bibliografia (indicada no plano de ensino) na biblioteca 48,75% consideraram bom ou muito bom.

Quanto à adequação dos conteúdos das disciplinas à proposta do curso 78,65% dos acadêmicos consideraram o resultado como bom ou muito bom.

Quanto ao número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas 68,33% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom.

## 2.1.3.10 Autoavaliação discente



As observações feitas pelos acadêmicos em relação a autoavaliação discente, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à pontualidade e permanência do início ao término das aulas 69,2% dos alunos acredita que sua avaliação deve ser considerada boa ou muito boa.

Quanto à participação e dedicação nas atividades do curso 82,4% dos alunos acredita que sua avaliação deve ser considerada boa ou muito boa.

Quanto à assimilação de conteúdos abordados 69,2% dos alunos acredita que sua avaliação deve ser considerada boa ou muito boa.

#### 2.1.4 Considerações da comissão setorial

A partir dos dados quantitativos apresentados nas respostas dos questionários, observou-se como oportunidades para aperfeiçoamento de ações, investimento, comunicação e democratização participativa, os seguintes aspectos:

Melhorias na organização e realização do estágio obrigatório, tendo em vista que, apenas, 4,41% consideraram bom.

Melhorias na qualidade e funcionamento das instalações onde ocorrem as aulas práticas, pois, apenas, 17,39% avaliaram como bom ou muito bom.

Melhorias na organização e realização do trabalho de conclusão de curso, tendo em vista que, apenas, 19,12% consideraram como bom ou muito bom.

Melhorias na orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros, pois apenas, 28,34% consideraram o resultado como bom ou muito bom.

Melhorias no atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais, já que, 19,57% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom.

Melhorias na disponibilidade do acervo da biblioteca diante do tamanho do curso, pois 23,71% dos alunos consideraram bons ou muito bons já, a maioria de 69,57% consideraram o acervo ruim, regular ou muito ruim, o que denota a necessidade de atenção aos gestores do curso.

Melhoria nos serviços de segurança, pois 30,44% dos alunos consideraram bom ou muito bom, porém, 67,39% dos alunos consideraram os serviços de segurança, como ruim, muito ruim ou regular, o que também denota a necessidade de atenção pela alta direção da faculdade.

Melhorias na disponibilidade de recursos computacionais, como laboratórios, unidades de aulas práticas, equipamentos, sistemas e internet, tendo em vista que, 23,92% dos acadêmicos classificaram como bom ou muito bom, já, 43,48% dos acadêmicos, classificaram como regular, ruim ou muito ruim, o que destaca a oportunidade de implantação de melhorias nesse item.

Melhorias nas condições físicas dos sanitários, tendo em vista a insatisfação de 76,08% dos alunos que os considerou regular, ruim ou muito ruim.

Melhorias nos serviços de apoio e orientação psicossocial, posto que, 40,53% considerou com regular, ruim ou muito ruim, sendo que, 18,92% considerou como bom ou muito bom, o que denota a importância dos referidos serviços, para a comunidade acadêmica.

A interface entre as melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das auto avaliações anteriores, em que, 45,95% dos acadêmicos consideraram o resultado regular, ruim ou muito ruim, o que denota uma oportunidade para ampliar a comunicação entre a direção da faculdade e o meio acadêmico, reforçando a gestão democrática.

Melhoria na qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS, pois, 47,23% dos acadêmicos avaliou como regular, ruim ou muito ruim, sendo que, 22,22% considerou como bom ou muito bom.

## 2.2 Curso de Bacharelado em Direito 2002 (noturno)

<b>Habilitação</b>	<b>Bacharelado em Direito</b>
Área de Concentração	Humanas
Local de oferta	Campus Campo Grande
Duração	10 semestres
Implantação	1996
Autorização	Resolução nº 10*, Coun, de 03.05.2001
Reconhecimento	Portaria MEC nº 436, de 15.02.2002.
Turno	Noturno e sábado (manhã e tarde)
Número de vagas	60 – segundo semestre (Noturno)
Carga Horária	3.934 horas
Coordenação	Profa. Luciane Gregio Soares Linjardi

### 2.2.1 Indicadores

Ingressantes	60 – segundo semestre (Noturno)
Formados	39
Evasão	35

Atualmente, o corpo docente da FADIR é composto por 23 professores efetivos.

Já, o conjunto de técnicos-administrativos da FADIR é composto, atualmente, de:

2 administradores;

5 assistentes em administração;

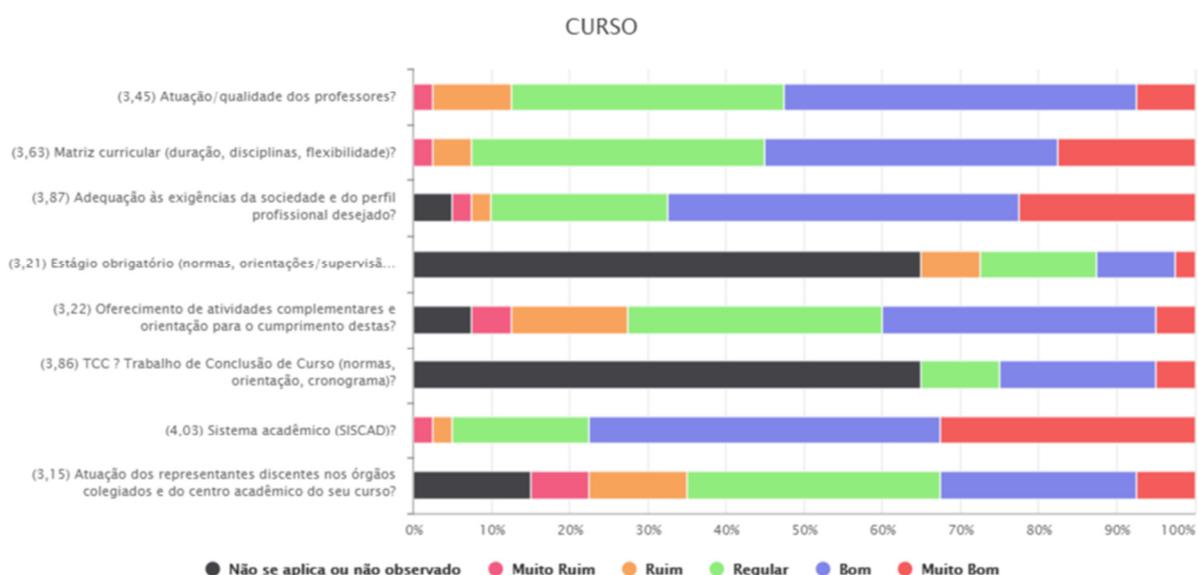
1 auxiliar em administração;

2 técnicos em assuntos educacionais.

### 2.2.2 Avaliação externa

O curso de Direito da FADIR/UFMS alcançou a nota 5 (diurno) e 4 (noturno) no ENADE, além da nota 5 na avaliação feita in loco pelo INEP em 2015.

### 2.2.3 Avaliação interna pelos discentes



As observações feitas pelos acadêmicos em relação ao seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à atuação dos professores, 52,5% mostraram-se satisfeitos, tendo respondido com uma pontuação entre bom e muito bom.

Quanto a matriz curricular do curso 55% mostraram-se satisfeitos, tendo respondido com uma pontuação entre bom e muito bom.

Quanto à adequação às exigências da sociedade e do perfil profissional desejado 67,5% mostraram-se satisfeitos, tendo respondido com uma pontuação entre bom e muito bom.

Quanto à organização e a realização do estágio obrigatório, apenas, 12,5% consideraram bom.

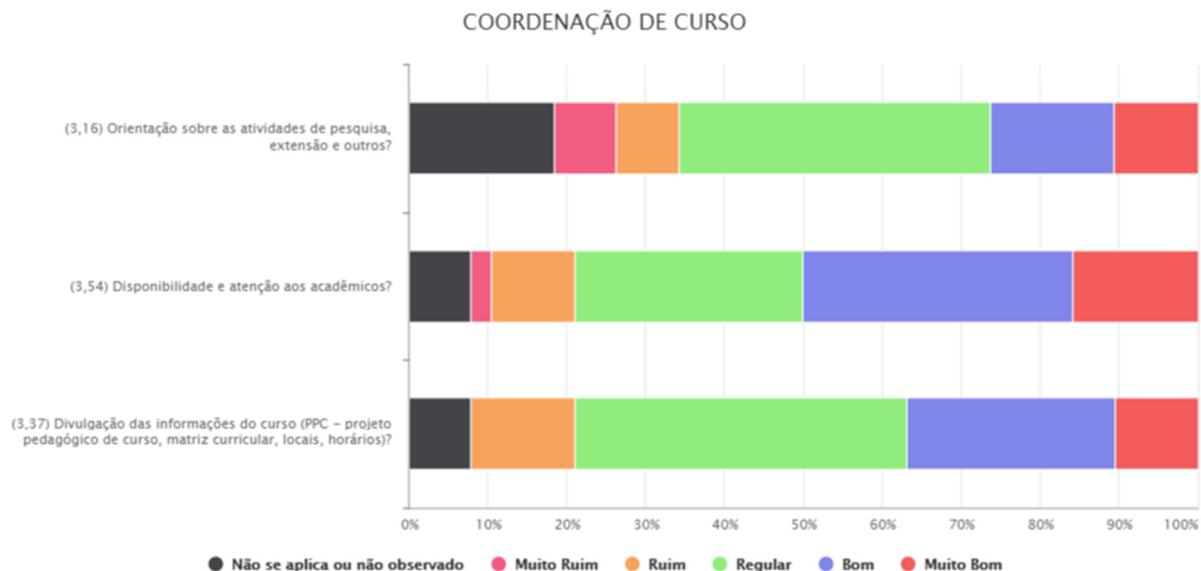
Quanto ao oferecimento de atividades complementares 40% avaliaram como bom ou muito bom.

Quanto à organização e a realização do trabalho de conclusão de curso 25% consideraram como bom ou muito bom.

Já em relação ao sistema acadêmico SISCADI, 77,5% dos acadêmicos que responderam ao questionário de avaliação consideraram como bom ou muito bom em sua avaliação.

Por fim, com relação a atuação dos representantes discentes nos órgãos colegiados e no centro acadêmico, 32,5% avaliaram como bom ou muito bom.

### 2.2.3.1 Avaliação da coordenação de curso



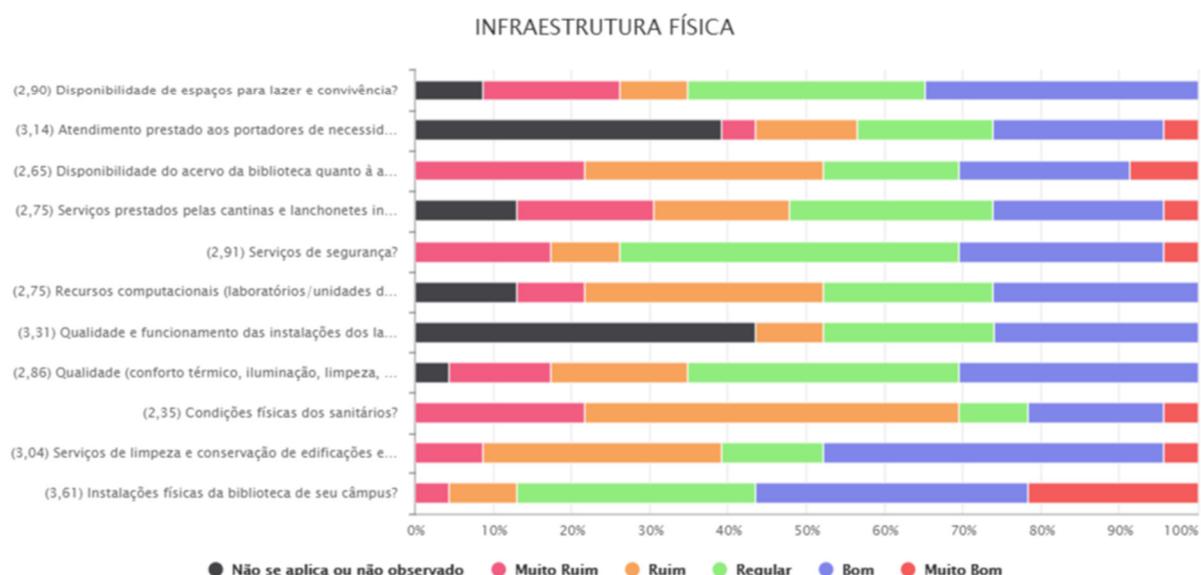
As observações feitas pelos acadêmicos em relação à coordenação do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros 26,32% consideraram o resultado como bom ou muito bom.

Quanto à disponibilidade e atenção aos acadêmicos 50% avaliaram como bom ou muito bom o resultado.

Quanto à divulgação de informações do curso sobre o projeto político pedagógico, matriz curricular, horários 36,85% considerou bom ou muito bom o resultado apresentado.

### 2.2.3.2 Avaliação da infraestrutura do curso



As observações feitas pelos acadêmicos em relação à infraestrutura física, onde acontecem as atividades do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à disponibilidade de espaços para lazer e convivência, 34,78% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom, porém, 56,52% avaliaram como regular, ruim ou muito ruim.

Quanto ao atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais, 26,09% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom, porém, 34,78% avaliaram como regular, ruim ou muito ruim.

Quanto à disponibilidade do acervo da biblioteca diante do tamanho do curso, 30,44% dos alunos consideraram bons ou muito bons já, 69,56% consideraram o acervo ruim, regular ou muito ruim, o que denota a necessidade de atenção aos gestores do curso.

Quanto aos serviços prestados por cantinas e lanchonetes, 60,87% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim o atendimento.

Quanto aos serviços de segurança, 30,44% dos alunos consideraram bom ou muito bom, porém, 69,57% dos alunos consideraram os serviços de segurança, como ruim, muito ruim ou regular, o que também denota a necessidade de atenção pela alta direção da faculdade.

Quanto à disponibilidade de recursos computacionais, como laboratórios, unidades de aulas práticas, equipamentos, sistemas e internet, 26,09% dos acadêmicos classificaram como bom ou muito bom, já, 60,87% dos acadêmicos, classificaram como regular, ruim ou muito ruim, o que destaca a oportunidade de implantação de melhorias nesse item.

Quanto à qualidade e funcionamento das instalações onde ocorrem as aulas práticas, 30,44 avaliou como regular, ruim ou muito ruim.

Quanto à qualidade das salas de aula, itens como conforto térmico, iluminação, conservação, limpeza e mobiliário, 30,43% dos alunos mostraram satisfação, ao avaliar com bom ou muito bom, já, 65,21% avaliou como regular, ruim ou muito ruim, o que denota a necessidade de melhorias.

Quanto às condições físicas dos sanitários, 78,27% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim, o que denota a necessidade de implantação de medidas de melhoria.

Quanto aos serviços de limpeza, os alunos consideraram regular, ruim ou muito ruim 52,17%.

Quanto às instalações físicas da biblioteca, 56,52% dos alunos considerou bom ou muito bom.

### 2.2.3.3 Avaliação da pesquisa e extensão do curso



As observações feitas pelos acadêmicos em relação às ações de pesquisa e extensão desenvolvidas dentro do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

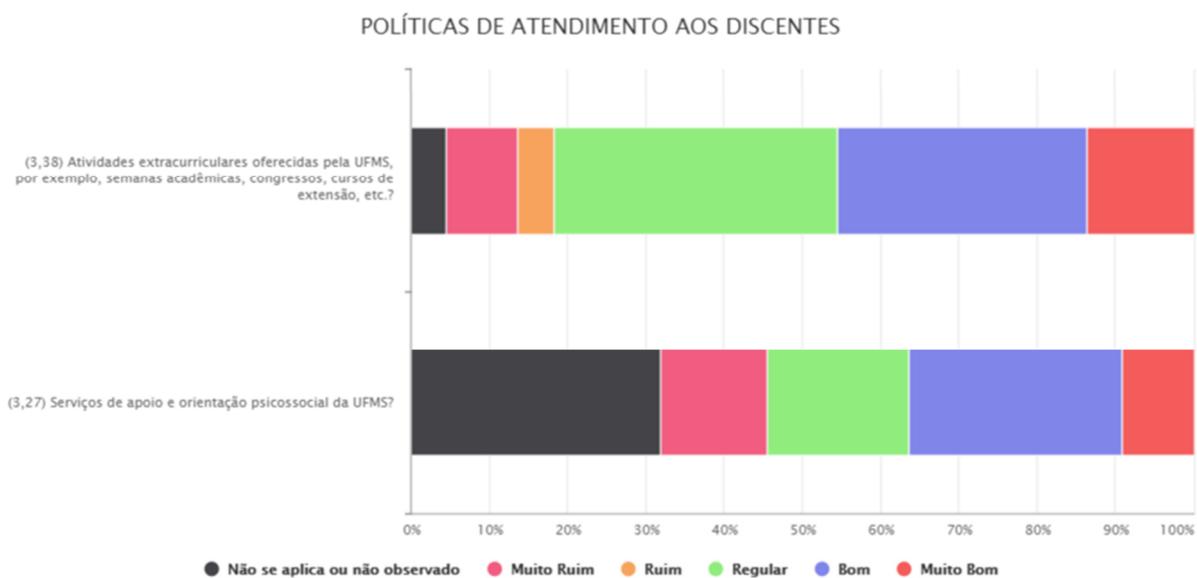
Quanto às oportunidades para participar de projetos de pesquisa, 59,09% dos alunos consideraram regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

Quanto às oportunidades para participar de programas/projetos de extensão 59,09% dos alunos consideraram regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

Quanto à qualidade das atividades de extensão, como complemento a formação acadêmica, 54,55% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

Quanto ao apoio institucional para a participação em eventos externos, 50% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

#### 2.2.3.4 Avaliação das políticas de atendimento aos discentes

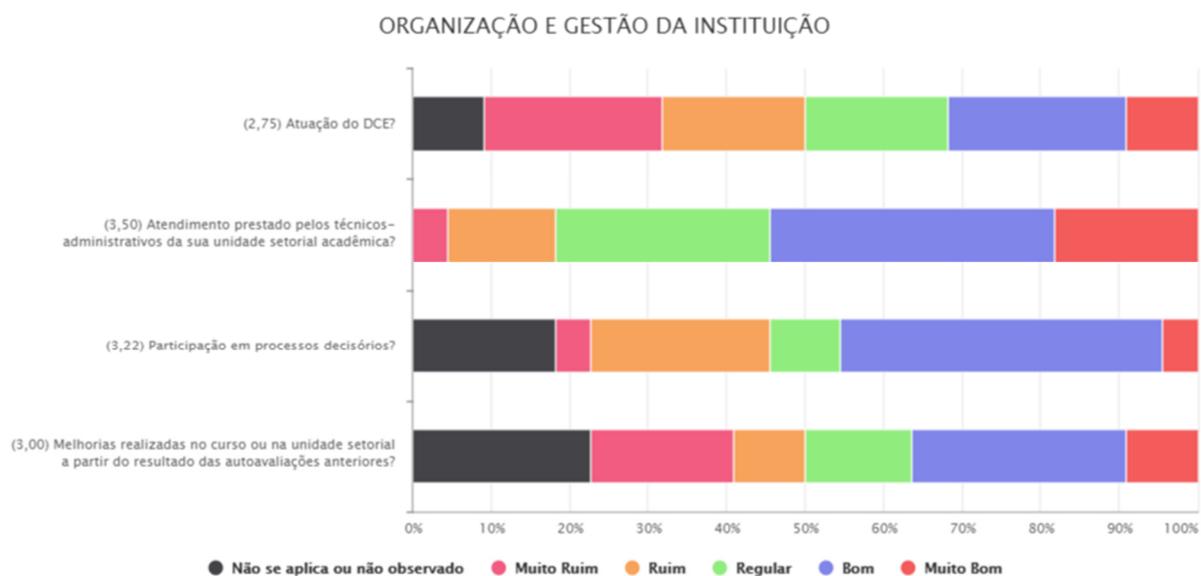


As observações feitas pelos acadêmicos em relação às ações de atendimento aos discentes desenvolvidas dentro do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto às atividades extracurriculares oferecidas pela UFMS, com p. e. semanas acadêmicas, congressos, cursos de extensão, e. o. foram consideradas como regular, ruim ou muito ruim por 50% dos acadêmicos.

Quanto aos serviços de apoio e orientação psicossocial 31,82% considerou com regular, ruim ou muito ruim, sendo que, 36,36% considerou como bom ou muito bom, o que denota a possibilidade de implantação de melhorias contínuas nos referidos serviços.

### 2.2.3.5 Avaliação da organização e gestão da instituição



As observações feitas pelos acadêmicos em relação à organização e gestão da instituição, durante o período de coleta das informações mostrou que:

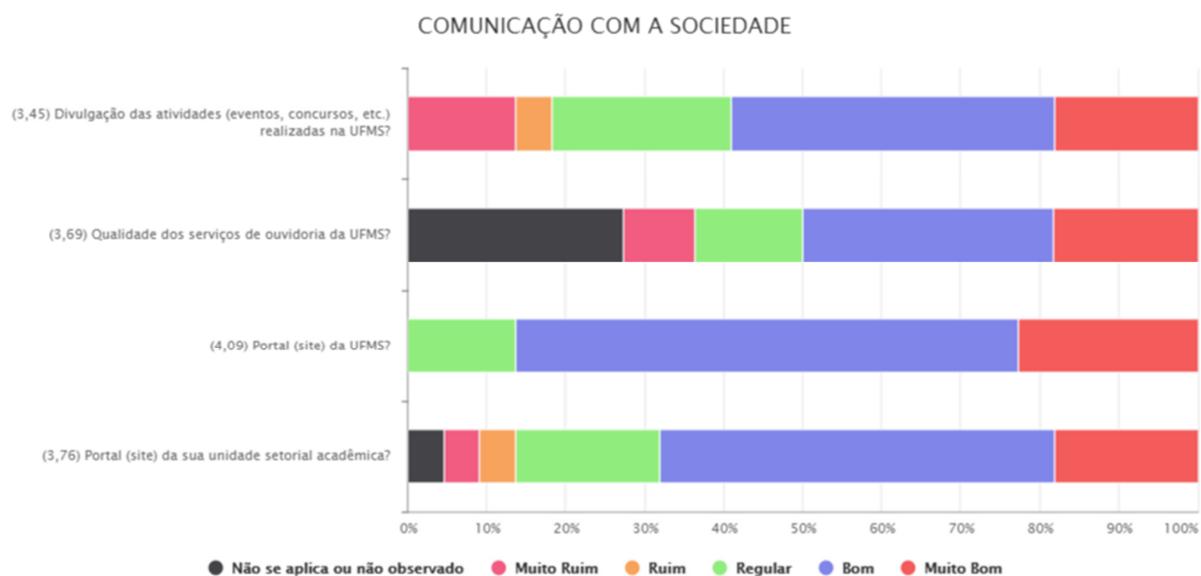
Quanto à atuação do DCE, 31,82% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom.

Quanto ao atendimento prestado pelos técnicos-administrativos da sua unidade setorial, 54,54% dos alunos consideraram bom ou muito bom.

Quanto à participação em processos decisórios, 45,46% dos alunos considerou bom ou muito bom sua participação.

Quanto às melhorias realizadas no curso ou na unidade setorial a partir do resultado das autoavaliações anteriores, 40,91% dos acadêmicos consideraram o resultado regular, ruim ou muito ruim, o que denota uma oportunidade para ampliar a comunicação entre a direção da faculdade e o meio acadêmico, reforçando a gestão democrática.

### 2.2.3.6 Avaliação da comunicação com a sociedade



As observações feitas pelos acadêmicos em relação à comunicação com a sociedade, durante o período de coleta das informações mostrou que:

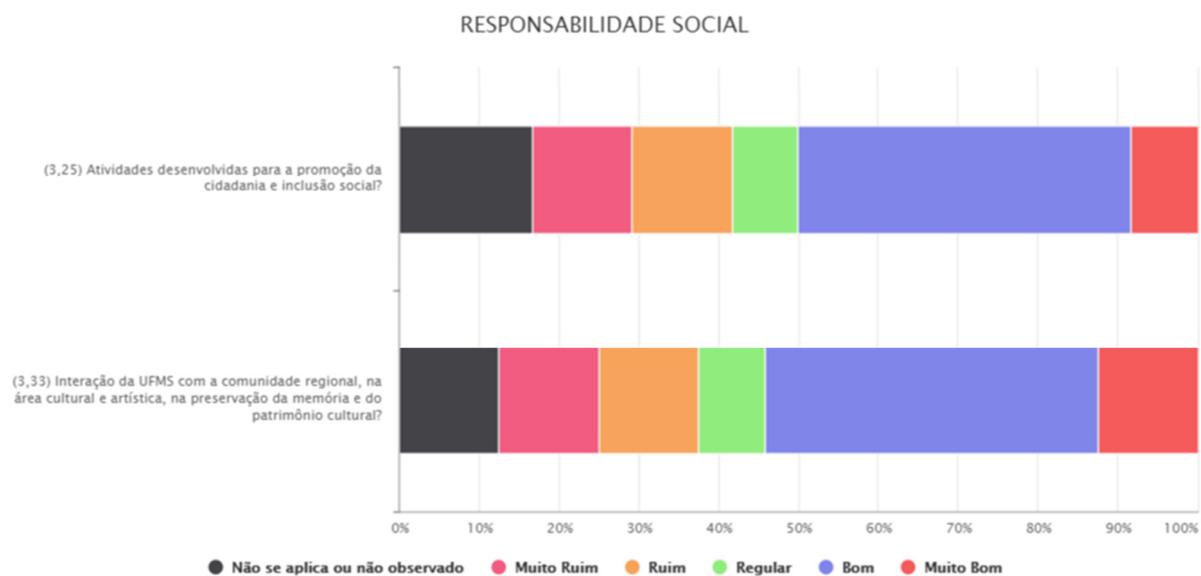
Quanto à divulgação das atividades, como p. e. eventos, concursos, e. o. realizados pela UFMS, 59,09% considerou o resultado como bom ou muito bom.

Quanto à qualidade dos serviços de ouvidoria da UFMS, 22,73% dos acadêmicos avaliou como regular, ruim ou muito ruim, sendo que, 50% considerou como bom ou muito bom.

Quanto ao portal da UFMS, 86,37% dos avaliados considerou bom ou muito bom.

Quanto ao portal da FADIR, 68,18% dos avaliados considerou bom ou muito bom.

### 2.2.3.7 Avaliação da responsabilidade social

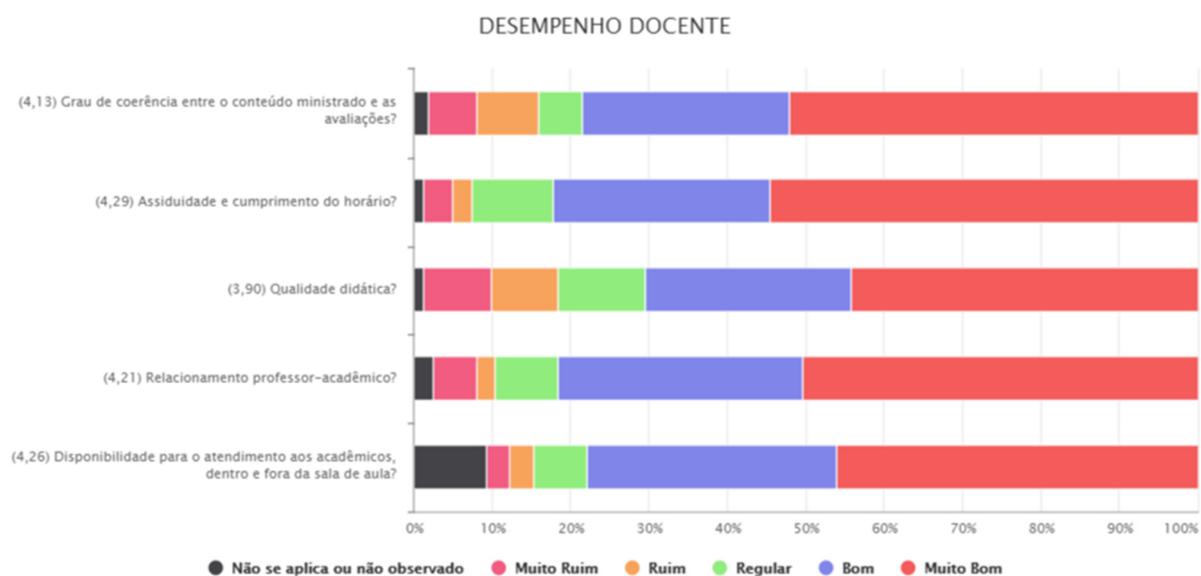


A avaliação dos docentes do seu curso quanto a responsabilidade social, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto às atividades desenvolvidas para a promoção da cidadania e inclusão social, 33,33% dos acadêmicos avaliou como regular, ruim ou muito ruim, ao passo que, 50% avaliou como bom ou muito bom.

Quanto à interação da UFMS com a comunidade regional, na área cultural e artística, na preservação da memória e do patrimônio cultural, 54,17% dos alunos considerou como bom ou muito bom.

### 2.2.3.8 Avaliação dos docentes do curso -pelos discentes



As observações feitas pelos acadêmicos em relação a avaliação dos docentes do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto ao grau de coerência entre o conteúdo ministrado e as avaliações, 78,53% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

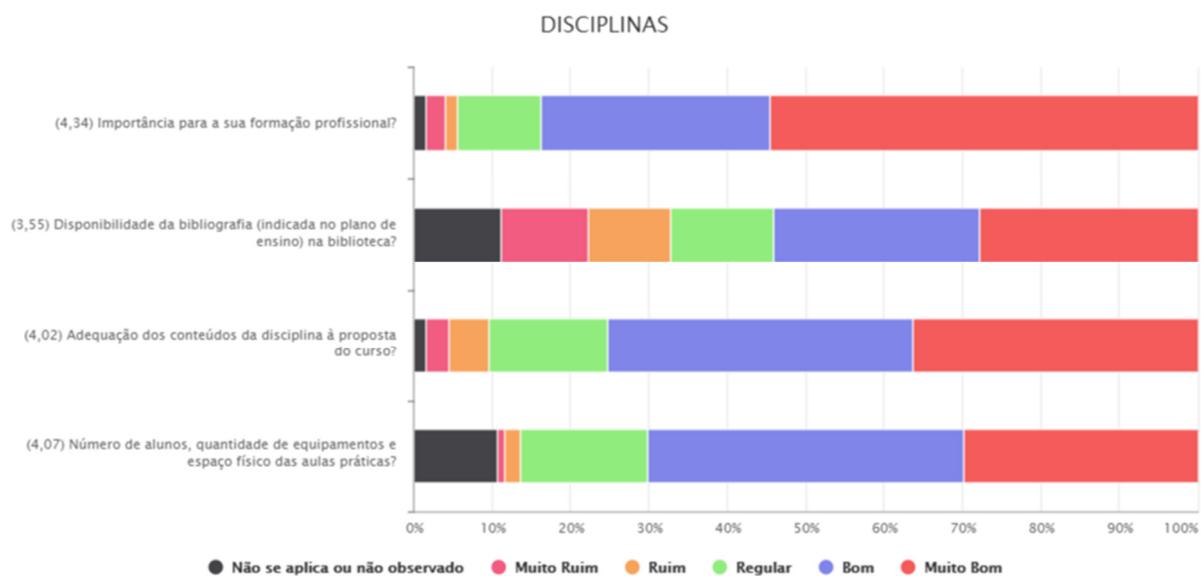
Quanto à assiduidade e cumprimento dos horários em sala de aula, 81,67% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

Quanto à qualidade didática, 70,55% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

Quanto ao relacionamento professor-acadêmico, 81,6% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

Quanto à disponibilidade para o atendimento aos acadêmicos dentro e fora de sala de aula, 77,91% dos alunos acreditam que devam ser avaliados como bom ou muito bom.

### 2.2.3.9 Avaliação das disciplinas do curso



As observações feitas pelos acadêmicos em relação a coordenação do seu curso, durante o período de coleta das informações mostrou que:

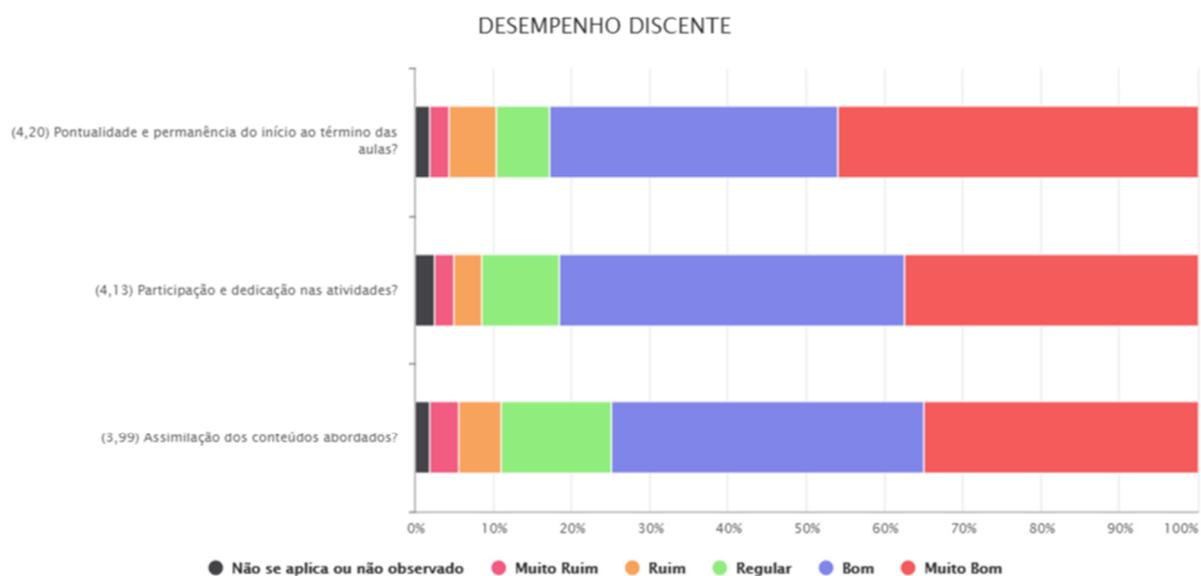
Quanto à importância das mesmas para a formação profissional 83,84% avaliaram como bom e muito bom.

Quanto à disponibilidade da bibliografia (indicada no plano de ensino) na biblioteca 54,04% consideraram bom ou muito bom.

Quanto à adequação dos conteúdos das disciplinas à proposta do curso 75,25% dos acadêmicos consideraram o resultado como bom ou muito bom.

Quanto ao número de alunos, quantidade de equipamentos e espaço físico das aulas práticas 70,2% dos alunos avaliaram como bom ou muito bom.

### 2.2.3.10 Autoavaliação discente



As observações feitas pelos acadêmicos em relação a autoavaliação discente, durante o período de coleta das informações mostrou que:

Quanto à pontualidade e permanência do início ao término das aulas 82,82% dos alunos acredita que sua avaliação deve ser considerada boa ou muito boa.

Quanto à participação e dedicação nas atividades do curso 81,59% dos alunos acredita que sua avaliação deve ser considerada boa ou muito boa.

Quanto à assimilação de conteúdos abordados 74,85% dos alunos acredita que sua avaliação deve ser considerada boa ou muito boa.

### 2.2.4 Considerações da comissão setorial

A partir dos dados quantitativos apresentados nas respostas dos questionários, observou-se como oportunidades para aperfeiçoamento de ações, investimento, comunicação e democratização participativa, os seguintes aspectos:

Melhorias na organização e realização do estágio obrigatório, pois apenas, 12,5% consideraram bom.

Melhorias na qualidade e funcionamento das instalações onde ocorrem as aulas práticas, tendo em vista, que 30,44% avaliou como regular, ruim ou muito ruim.

Melhorias na organização e realização do trabalho de conclusão de curso, pois apenas, 25% consideraram como bom ou muito bom.

Melhorias na orientação sobre as atividades de pesquisa, extensão e outros, pois apenas, 26,32% consideraram o resultado como bom ou muito bom.

Melhorias na disponibilidade de espaços para lazer e convivência, tendo em vista os 56,52% que avaliaram como regular, ruim ou muito ruim.

Melhorias no atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais, já que, 34,78% avaliaram como regular, ruim ou muito ruim.

Melhorias na disponibilidade do acervo da biblioteca diante do tamanho do curso, pois, 30,44% dos alunos consideraram bons ou muito bons já, 69,56% consideraram o acervo ruim, regular ou muito ruim, o que denota a necessidade de atenção aos gestores do curso.

Melhorias nos serviços prestados por cantinas e lanchonetes, tendo em vista que, 60,87% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim o atendimento.

Melhorias nos serviços de segurança, pois, 69,57% dos alunos consideraram os serviços de segurança, como ruim, muito ruim ou regular, o que também denota a necessidade de atenção pela alta direção da faculdade.

Melhorias na disponibilidade de recursos computacionais, como laboratórios, unidades de aulas práticas, equipamentos, sistemas e internet, 26,09% dos acadêmicos classificaram como bom ou muito bom, já, 60,87% dos acadêmicos, classificaram como regular, ruim ou muito ruim, o que destaca a oportunidade de implantação de melhorias nesse item.

Melhorias na qualidade das salas de aula, itens como conforto térmico, iluminação, conservação, limpeza e mobiliário, 30,43% dos alunos mostraram satisfação, ao avaliar com bom ou muito bom, já, 65,21% avaliou como regular, ruim ou muito ruim, o que denota a necessidade de melhorias.

Melhorias nas condições físicas dos sanitários, 78,27% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim, o que denota a necessidade de implantação de medidas de melhoria.

Melhorias nas oportunidades para participar de projetos de pesquisa, 59,09% dos alunos consideraram regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

Melhorias nas oportunidades para participar de programas/projetos de extensão 59,09% dos alunos consideraram regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

Melhorias na qualidade das atividades de extensão, como complemento a formação acadêmica, 54,55% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

Melhorias no apoio institucional para a participação em eventos externos, 50% dos alunos considerou regular, ruim ou muito ruim o resultado apresentado.

### 3 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

#### 3.1 Pós-graduação

##### 3.1.1 Curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação em Direitos Humanos

O curso de pós-graduação em Educação em Direitos Humanos, ofertado pela FADIR/UFMS, na modalidade a distância, foi o primeiro curso de especialização ofertado pela Faculdade, desde sua criação em 2009.

O curso ofertou no processo seletivo duzentas vagas, distribuídas em quatro polos: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas.

O processo seletivo para ingresso como aluno no curso contou com 1.126 inscrições. Foram aprovados 291 candidatos. Foram convocados 268 candidatos para matrícula.

O curso iniciou-se em 18 de maio de 2015 e terminou em 30 de novembro de 2016. Concluíram o curso 120 alunos.

##### 3.1.2 Curso de pós-graduação *stricto sensu* Mestrado em Direito

O curso de Mestrado em Direito, ofertado pela UFMS, foi aprovado pela CAPES em março/2015 e começou as atividades em fevereiro/2016.

Com oferta de 20 vagas por processo seletivo, iniciado em julho/2015 e finalizado em novembro/2015, contou com a participação de 234 candidatos.

Além dos 20 alunos regulares, o curso contou em 2016 com outros 56 alunos especiais matriculados.

### 3.2 Pesquisa – Resultados da pesquisa na FADIR

#### ***Livros publicados/organizados***

1. André Puccinelli Júnior. Curso de Direito Constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 1. 824p.
2. André Puccinelli Júnior; Allan Thiago Barbosa Arakaki (Org.) ; Alexandre Ávalo Santana (Org.) ; José de Andrade Neto (Org.) ; Carlos Alexandre Moraes (Org.) ; Cid Eduardo Brown da Silva (Org.) ; Alessandro Carlo Meliso Rodrigues (Org.) ; Valéria Silva Galdino (Org.) . Manual de Direito Civil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 1. 1007p.
3. André Puccinelli Júnior; Andrea Flores (Org.) ; LOPES, J. G. (Org.) . Manual de Direito Penal. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1. 678p .  
FLORES, A.; LOPES, J. G. . Manual de Direito Penal. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 669p .
4. BARBOSA, C. M. ; COUTO, M. B. ; FÉLIX, Y. S. . Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2016. v. 1. 25p .
5. CAMPELLO, L. G. B.; CANCIO, G. S. T. (Org.) . Temas contemporâneos de direito ambiental e sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Editora Clássica, 2016. v. 1. 300p .
6. CAMPELLO, L. G. B.; GORDILHO, H. J. S. (Org.) ; SOUZA, M. C. S. A. (Org.) . Direito ambiental e socioambientalismo II. 1. ed. , 2016.
7. CAMPELLO, L. G. B.; SOUZA, M. C. S. A. (Org.) ; GORDILHO, H. J. S. (Org.) . Direito Ambiental e Socioambientalismo IV. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2016. 140p .
8. CAMPELLO, Lívia Gaigher Bósio; MELEU, M. (Org.) ; PADILHA, N. S. (Org.) . Direito Ambiental e Socioambientalismo I. 1. ed. Florianópolis: CONPEDI, 2015. 541p.
9. CAMPELLO, Lívia Gaigher; PADILHA, N. S. (Org.) ; MARES FILHO, C. F. (Org.) . Direito Ambiental e Socioambientalismo. 1. ed. Florianópolis: Conpedi, 2015. v. 1. 000p .
10. FÉLIX, Y. S.; LIMA, E. M. (Org.) ; SCHNEIDER, Y. (Org.) . Direitos sociais e políticas públicas II. 1ª. ed. Florianópolis: conpedi, 2015. v. 1.
11. FÉLIX, Y. S.; RIBEIRO, M. C. P. (Org.) . Responsabilidade da empresa e cidadania social. 1. ed. Curitiba: conpedi, 2016. v. 1.
12. FÉLIX, Y. S.; SANTIAGO, M. R. (Org.) ; ORSINI, A. G. S. (Org.) . Teoria dos direitos fundamentais. 1ª. ed. Florianópolis: conpedi, 2015. v. 1.
13. FÉLIX, Y. S.; SARLO, O. (Org.) . Filosofia do Direito I. 1. ed. Curitiba: conpedi, 2016. v. FÉLIX, Y. S.; RIBEIRO, M. C. P. (Org.) . Regulamentação e solução de conflitos do comércio internacional. 1. ed. Curitiba: conpedi, 2016. v. 1.
14. FÉLIX, Y. S.; VERAS, N. A. ; PUCCINELLI JUNIOR, A. ; FLORES, A. ; ARRUDA, R. A. ; MAYER, R. ; OLIVEIRA, S. R. M. ; COSTA, N. C. A. ; PADIAL, N. P. M. ; AMARAL, A. P. M. ; CARVALHO, L.C. ; URQUIZA, A. H. A. ; PRADO, C. M. A. ; RIBAS, L. M. ; UJACOW, T. A. ; LEITE, I. C. ; LINJARDI, L. G. S. ; NOGUEIRA, F. L. ; MONTEIRO, L. A. S. . Dicionário Jurídico. 1. ed. campo grande: contemplar, 2015. v. 1. 516p.
15. FLORES, A. ; ARRUDA, R. A. . Questões Práticas de Direito Penal e Processual Penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. 217p .
16. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Código de Trânsito Brasileiro: Crimes e Processo. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. v. 1. 165p .
17. PILAU SOBRINHO, L. L. (Org.) ; ZIBETTI, F. W. (Org.) ; PIAIA, T. C. (Org.) ; GUTIERREZ, José Paulo (Org.) ; AQUILERA URQUIZA, A. H. (Org.) ; Amaral, A. P. M. (Org.) . Balcão do consumidor: constitucionalismo, novas tecnologias e sustentabilidade. 1. ed. Passo Fundo/RS: Universidade de Passo Fundo, 2015. v. 1. 414p.

18. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo (Org.) . Novo Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015. 1. ed. Campo Grande-MS: Editora Contemplar, 2015. v. 1. 191p .
19. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo . Códigos de Processo Civil Comparados (2015-1973 / 1973-2015). 1. ed. Campo Grande - MS: Contemplar, 2016. v. 1. 502p .
20. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo . Execução e Recursos: cumprimento de sentença, processo de execução e meios de impugnação das decisões judiciais. 1. ed. Campo Grande - MS: Contemplar, 2016. v. 1. 607p .
21. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo . Novo Código de Processo Civil Comparado. 1. ed. Campo Grande: Contemplar, 2015. v. 1. 695p .
22. VERAS, Ney Alves; RICALDE, Mário do Carmo ; CORREIA, Jonas Ricardo . A prática do Novo Código de Processo Civil: comentários e modelos práticos de petições (de acordo com a Lei 13.256/2016). 1. ed. Campo Grande - MS: Contemplar, 2016. v. 1. 938p .

### **Capítulos de livros publicados**

1. AMARAL, A. P. M.; ALCOVA, E. F. ; ALMEIDA, L. P. . Tráfico de Pessoas e a proteção das crianças. In: Urquiza, Antonio Hilário Aguilera. (Org.). Nascimento: Os direitos Humanos nas Fronteiras (Brasil e Europa). 1ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 61-76.
2. AMARAL, A. P. M.; AMORIM, E. C. R. . Direito da Mulher e Violência doméstica no Sistema Global e Interamericano de Direitos Humanos: Um Estudo da Lei Maria da Penha. In: María de la Paz Pando Ballesteros, Alicia Muñoz Ramírez, Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). Pasado y presente de los derechos humanos : Mirando al futuro. 1ed.Madri: Editorial La Catarata, 2016, v. 1, p. 460-474.
3. AMARAL, A. P. M.; ZEPHYR, M.F.N. . Análise do Fluxo Migratório de Haitianos em Campo Grande - MS. In: Urquiza, Antonio Hilário Aguilera. (Org.). Fronteiras dos Direitos Humanos: Direitos Humanos nas Fronteiras. 1ed.Campo Grande: Ed. UFMS, 2016, v. 1, p. 141-165.
4. ARRUDA, R. A.; MIOZZO, R. F. . O Direito Economico Constitucional - Capítulo XVIII - A aplicação do principio da insignificância ao crime de descaminho. In: Vilma Maria Inocência Carlo. (Org.). O Direito Economico Constitucional. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, v. 1, p. 231-245.
5. CAMPELLO, L. G. B. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Direitos humanos e meio ambiente: potencializando duas expressões em um link. In: María de la Paz Pando Ballesteros; Alicia Muñoz Ramírez; Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). (Org.). Pasado y presente de los derechos humanos: mirando al futuro. 1ed.Salamanca: Los libros de la Catarata,, 2016, v. 1, p. 625-638.
6. CAMPELLO, L. G. B.; CARVALHO, L. C. . Licitações verdes: desenvolvimento sustentável como objetivo das licitações. In: Liton Lanes Pilau Sobrinho; Fabíola Wüst Zibetti; Thami Covatti Piaia. (Org.). Balcão do consumidor constitucionalismo, novas tecnologias e sustentabilidade. 1ed.Passo Fundo: UPF Editora, 2015, v. , p. 341-363.
7. CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; AMORIM, G. N. S. . Proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável à luz da ordem constitucional econômica. In: Alexandra Aragão; Gisela Maria Bester; Gloriete Marques Alves Hilário. (Org.). Direito e ambiente para uma democracia sustentável. 1ed.Curitiba: Instituto Memória Editora & Projetos Culturais, 2015, v. , p. 279-302.
8. CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; SILVEIRA, V. O. . Limpando o carbono: carbon capture and storage e o regime internacional das mudanças climáticas. In: Glna Pompeu; Wagner Menezes; Natercia Sampaio. (Org.). Comércio, Globalização e Formação do Capital Social. 1ed.Belo Horizonte: Arraes, 2015, v. 1, p. 472-484.
9. CAMPELLO, Livia; SANTIAGO, M. R. . Novas dinâmicas da locação de coisas: ressignificação da propriedade e efetivação do consumo solidário e sustentável. In: Viviane Coêlho de Séllos

- Knoerr; Joana Stelzer; Keila Pacheco Ferreira. (Org.). Direito, globalização e responsabilidade nas relações de consumo. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2015, v. 1, p. 000-000.
10. CARVALHO, Luciani Coimbra de; CAMPELLO, L. G. B. . Licitações verdes: desenvolvimento sustentável como objetivo das licitações. In: PILAU SOBRINHO, Liton Lanes; ZIBETT, Fabíola Wüst Zibetti; PIAIA, Thami Covatti. (Org.). Balcão do consumidor constitucionalismo, novas tecnologias e sustentabilidade. 1aed. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2015, v. 1, p. 341-363.
  11. CONCEICAO, O. F. ; ARAUJO, APC ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . A escola no Brasil para brasileiros e bolivianos. In: URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. (Org.). Fronteiras dos direitos humanos: direitos humanos nas fronteiras. 1ed. Campo Grande: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 167-184.
  12. COSTA, Nilton César Antunes da; SANTANA, A. A. . Da Apelação no Novo CPC. In: Alexandre Ávalo Santana; José de Andrade Neto. (Org.). Novo CPC: Análise Doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro. 1aed. Campo Grande: Contemplar, 2015, v. 3, p. 606-622.
  13. DOMINGOS, T. O. ; RIBAS, L. M. . Tributação e Desenvolvimento Sustentável: reflexões sobre não-cumulatividade e crédito presumido do IPI. In: Bleine Queiroz Caúla; Gerardo Clésio Maia Arruda; Nathalie de Paula Carvalho; Valter Moura do Carmos. (Org.). Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, v. 3 T II, p. 41-55.
  14. FÉLIX, Y. S.. O contrato instituído em 1999 para regular o trabalho dos indígenas nas usinas de açúcar e álcool em mato grosso do sul. In: Maria de la Paz Pando Ballesteros, Alicia Muñoz Ramírez y Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). PASADO Y PRESENTE DE LOS DERECHOS HUMANOS: MIRANDO AL FUTURO. 01ed. MADRID: CATARATA, 2016, v. 01, p. 609-621.
  15. FÉLIX, Y. S.; ALVES, M. . A IMPOSIÇÃO DE UMA MORAL POR MEIO DO DIREITO: O QUE DIRIA HART SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 6.583/2013?. In: FÉLIX, Ynes da S.; SARLO, Oscar. (Org.). Filosofia do Direito I. 1ed. Curitiba: conpedi, 2016, v. 1, p. 05-20.
  16. FÉLIX, Y. S.; LORO, K. L. . REFLEXÕES ACERCA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS E DE DIREITOS HUMANOS NO ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS. In: Vladimir Oliveira da Silveira; Ana Maria D'Ávila Lopes; Karyna Batista Sposato. (Org.). Direito internacional dos direitos humanos. 24ed. Florianópolis: conpedi, 2015, v. , p. 650-663.
  17. FÉLIX, Y. S.; SANTOS, J. P. ; MELLO, S. B. M. . A JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA NO NOVO CPC E SUA APLICABILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO. In: JACKSON PASSOS SANTOS E SIMONE BARBOSA MARTINS MELLO. (Org.). A APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NO PROCESSO DO TRABALHO. 1ed. São Paulo: LTr, 2016, v. 1, p. 105-.
  18. FLORES, A. ; ARRUDA, R. A. . Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC. In: Marcus Vinicius Furtado Coelho, Luiz Henrique Volpe Camargo, Fredie Didier Jr. (Org.). Honorários Advocatícios. 0ed. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2, p. 0-.
  19. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Capítulo 61: Honorários Advocatícios nas Ações Penais Privadas e os Critérios para sua Fixação no Novo CPC. In: Marcus Vinicius, Furtado Coelho; Luiz Henrique Volpe Camargo. (Org.). Honorários Advocatícios. 2ed. Salvador: Jus Podivm, 2016, v. 2, p. 985-995.
  20. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC. In: Marcos Vinicius Furtado Coelho, Luiz Henrique Volpe Camargo, Fredie Didier Jr. (Org.). Honorários Advocatícios. 0ed. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2, p. 0-.
  21. FLORES, A.; ARRUDA, R. A. . Honorários advocatícios nas ações penais privadas e os critérios para sua fixação no novo CPC. In: Marcos Vinicius Furtado Coelho, Luiz Henrique Volpe Camargo, Fredie Didier Jr. (Org.). Honorários Advocatícios. 0ed. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2, p. 0-.
  22. RIBAS, L. M.. Efetivação da Justiça e Gestão Descentralizada dos Conflitos: Mecanismos sustentáveis de solução. In: Ana Paula Araújo de Holanda; Bleine Queiroz Caúla; Gerardo

- Clésio Maia Arruda; Valter Moura do Carmos. (Org.). *Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional*. 1ed.Lisboa: LumenJuris, 2015, v. 3 TII, p. 153-166.
23. RIBAS, L. M.; SAAB, S. . Políticas Públicas de Fronteira: a educação de base na integração transfronteiriça em Ponta Porã. In: Henrique Sartori de Almeida Prado; Tomaz Espósito Neto. (Org.). *FRONTEIRAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS*. 1ed.Curitiba: ÍTHALA, 2015, v. , p. 131-150.
24. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Análise econômica dos Direitos Humanos: algumas reflexões preliminares.. In: Alencar Frederico Margraf; Rafael de Lazari. (Org.). *A consolidação substancial dos Direitos Humanos: perspectivas e tendências..* 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, v. 1, p. 219-234.
25. SGARBOSSA, Luís Fernando; OPUSZKA, P. ; PORTO, P. A. C. . Reflexões críticas sobre a regulação jurídica a partir da Teoria Econômica.. In: Paulo Opuszka; Pedro Augusto Cruz Porto. (Org.). *Reflexões da Economia Política para um Direito Econômico Brasileiro..* 1ed.Curitiba: Instituto Memória, 2015, v. 1, p. 61-73.
26. VERAS, Ney Alves. *Litisconsórcio no Novo Código de Processo Civil. Novo CPC - Análise doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro*. 1ed.Campo Grande - MS: Contemplar, 2015, v. 1, p. 363-379.
27. VERAS, Ney Alves. *Teoria geral da execução no novo código de processo civil: proposta metodológica, princípios, partes, competência, título executivo e responsabilidade patrimonial*. In: Alexandre Ávalo Santana e José de Andrade Neto. (Org.). *Novo CPC - Análise doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro*. 1ed.Campo Grande - MS: Contemplar, 2015, v. 3, p. 42-100.

#### ***Artigos completos publicados em periódicos científicos***

1. AMARAL, A.P.M.; CARVALHO, L. C. . Mecanismos de retirada forçada do estrangeiro do Território Nacional: A família como causa impeditiva da expulsão.. *Revista Direito UFMS*, v. 2, p. 153, 2016.
2. ARAUJO, APC ; FILARTIGAS, D. M. E. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Bolivianos no Brasil: migração internacional pelo corredor fronteiriço Puerto Quijarro (BO)/Corumbá (MS). *Interações (Campo Grande)*, v. 16, p. 131-141, 2015.
3. CAMPELLO, L. G. B.. A participação das ONG's nos acordos multilaterais ambientais: Uma análise da Convenção sobre o Comércio de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES). *Revista de Direito Brasileira*, v. 14, p. 01-30, 2016.
4. CAMPELLO, L. G. B.; SANTIAGO, M. R. . Função social e solidária da empresa na dinâmica da sociedade de consumo. *Scientia Iuris (online)*, v. 20, p. 119-143, 2016.
5. CAMPELLO, L. G. B.; SILVEIRA, V. O. . Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e o greening das universidades. *Revista Thesis Juris*, v. 5, p. 549-572, 2016.
6. CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; SANTIAGO, M. R. . Relações de consumo na perspectiva da solidariedade social: a função solidária dos contratos de consumo. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 99, p. 71-98, 2015.
7. COSTA, N.C.A.; COSTA, W. R. G. . Questões Mediáveis. *JUSTIÇA DO DIREITO (UPF)*, v. 30, p. 188-199, 2016.
8. FELIX, Y.S.; COSTA, W. O. S. . Desafios da Homoafetividade: Uma Breve Aproximação da Identidade LGBT com as Garantias Constitucionais e as Formas de Cidadania. *Revista de Gênero, sexualidade e direito*, v. 2, p. 80-94, 2016.
9. FLORES, A.; RIBEIRO, L. . Crime e Castigo: O Sistema Penal Positivista e o Direito Consuetudinário Indígena. *Revista Thesis Juris*, v. 5, p. 481-504, 2016.

10. INSUE, G. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Cooperação Jurídica Internacional e Direitos Humanos: para além da interação rumo à harmonização. Revista Thesis Juris, v. 4, p. 521-553, 2015.
11. INSUE, G. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Educação e Ações Afirmativas como Direito à Participação e ao Procedimento. Revista de Direito Brasileira, v. 10, p. 200-227, 2015.
12. RIBAS, L. M.; GOUVEIA, J. B. . Os Conflitos nas Sociedades Brasileira e Portuguesa do Século XXI: assunção de mecanismos alternativos de solução. Revista Jurídica Themis, v. 28/29, p. 7-21-21, 2015.
13. RODRIGUES, M. A. ; RODRIGUES, A. L. C.; CARVALHO, L.C. TRABALHO, FRONTEIRA E MIGRANTES BOLIVIANOS NA CIDADE DE CORUMBÁ/MS: UMA ANÁLISE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DO DIREITO AO PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA. Revista Direito UFMS, v. 1, p. 73-85, 2016.
14. SANTIAGO, MARIANA RIBEIRO ; CAMPELLO, LIVIA GAIGHER BÓRIO . A Responsabilidade Civil por Atividade de Risco e o Paradigma da Solidariedade Social. Veredas do Direito, v. 12, p. 25-169, 2015.
15. SGARBOSSA, Luís Fernando. Reflexões ontológicas e epistemológicas sobre o campo jurídico.. Revista da Faculdade de Direito da UERJ, v. 1, p. 158-174, 2016.
16. SGARBOSSA, Luís Fernando. Reflexões teórico-metodológicas sobre a Ciência do Direito e seu objeto. Revista de Direito e Liberdade, v. 17, p. 209-229, 2015.
17. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . A revisibilidade judicial de decisões destituintes decorrentes de responsabilidade política: uma análise a partir de diferentes contextos institucionais.. Revista de Direito Brasileira, v. 14, p. 264-285, 2016.
18. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Constituição como auto-restrição ou como restrição ao outro: um cotejo entre as visões de Elster e Buchanan-Tullock.. Argumentum (UNIMAR), v. 16, p. 17-36, 2015.
19. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Remédios constitucionais na América Latina: garantias fundamentais no Brasil e o Amparo Latino-americano.. Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional, v. 7, p. 496-516, 2015.
20. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela . A mitigação da nulidade da lei inconstitucional.. Pensar (UNIFOR), v. 20, p. 874-895, 2015.
21. SILVA, H. P. ; RIBAS, L. M. . Transação Tributária como Ato-Negócio Administrativo: uma perspectiva de colaboração. Nomos (Fortaleza), v. 35, n. 1, p. 121-137-137, 2015.
22. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . A GLOBALIZAÇÃO DO TRABALHO E OS MOVIMENTOS SINDICALISTAS FRENTE AO MERCOSUL: PROSPECÇÕES E PROJEÇÕES. REVISTA DE DIREITO (VIÇOSA), v. 68, p. 1-31, 2016.
23. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO MERCOSUL PARA INCLUSÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO. INTERMEIO (UFMS), v. 2643, p. 1-16, 2016.

### ***Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos***

1. [CAMPELLO, L. G. B.](#); [COIMBRA, L.](#) . Direitos humanos e meio ambiente: potencializando duas expressões em um link. In: María de la Paz Pando Ballesteros; Alicia Muñoz Ramírez; Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). Pasado y presente de los derechos humanos: mirando al futuro. 1ed.Salamanca: Los libros de la Catarata, 2016, v. 1, p. 625-638.
2. CAMPELLO, Livia Gaigher Bório; SANTIAGO, M. R. . O consumo colaborativo e sustentável na sociedade de informação. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI / Universidad Complutense de Madrid, 2015, Madrid. III Encontro de Internacionalização do CONPEDI / Universidad Complutense de Madrid. Madrid: Ediciones Laborum, 2015. v. 9. p. 141-154.

3. CARVALHO, L. C. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de ; DUPAS, E. . Os 35 anos do Estatuto do Estrangeiro e a incompatibilidade com a Constituição Federal Brasileira e com os preceitos internacionais de direitos humanos. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015. v. I. p. 1842-1856.
4. CARVALHO, Luciani Coimbra de; URQUIZA, A. H. A. . O Povo Kamba na Fronteira entre Brasil e Bolívia: Um Estudo Jurídico sobre. In: III Encontro de Internacionalização do CONPEDI MADRID/ESPANHA, 2015, Madrid. III Encontro de Internacionalização do CONPEDI Madrid/Espanha. Madrid: Ediciones Laborum, 2015. v. 4. p. 8-25
5. [COSTA, Nilton César Antunes da](#); SANTANA, A. A. . Recurso de Apelação no novo CPC. In: Luís Antônio Giampaulo Sarro. (Org.). Novo Código de Processo Civil: Principais Alterações do Sistema Processual Civil. 2ed.São Paulo: Editora Rideel, 2016, v. 1, p. 473-485.
6. FÉLIX, Y. S.; PEIXOTO, E. S. . A eficácia da norma que instituiu o documento especial fronteiriço Brasil-Bolívia,. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais do XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: ufms, 2015.
7. FÉLIX, Y. S.; SANTOS, A. C. . Análise do fluxo migratório haitiano a partir da Resolução Normativa nº 97 de 12 de Janeiro de 2012. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais do XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: ufms, 2015. v. XII.
8. FLORES, A.; RIBEIRO, L. . O Direito Consuetudinário Indígena nas Constituições Sul-Americanas. In: VII Seminário Internacional: Fronteiras Ético-Culturais e Fronteiras da Exclusão, 2016, Campo Grande. VII Seminário Internacional: Fronteiras Ético-Culturais e Fronteiras da Exclusão - Caderno de Resumos. CAMPO GRANDE: Editora UCDB, 2016. v. 1. p. 138-1387.
9. GUTIERREZ, José Paulo; AQUILERA URQUIZA, A. H. . Crianças indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul/Brasil: Direitos e desafios da educação tradicional. In: María de La Paz Pando Ballesteros; Alicia Muñoz Ramírez; Pedro Garrido Rodríguez. (Org.). Pasado Y Presente de Los Derechos Humanos. Mirando al Futuro. 1ed.Madrid: Catarata, 2016, v. 1, p. 587-599.
10. GUTIERREZ, José Paulo; FERRAO, A. S. ; ROSA, D. F. S. . A influência dos dogmas religiosos no direito à vida: os direitos fundamentais. Antonio Hilário Aguilera Urquiza. 1ed.Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 77-95.
11. GUTIERREZ, José Paulo; URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera . Processos Próprios de aprendizagem de crianças indígenas Guarani e Kaiowá na aldeia Laranjeira Nãnderu, Rio Brillhante: perspectivas e desafios. In: 6º SBECE - Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação 3º SIECE - Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2015, Canoas/RS. 6º SBECE - Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação 3º SIECE - Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação. Canoas/RS: Editora da Ulbra, 2015. v. 1. p. 1-48.
12. QUILERA URQUIZA, A. H. ; GUTIERREZ, José Paulo . Interculturalidade e educação indígena entre o povo Guarani de Laranjeira Nãnderu/MS. In: Angel B. Espina Barrio, Luiz Nilton Corrêa, Telmo Pedro Vieira. (Org.). Educação, ecoturismo e Cultura em Ibero-América. 1ed.Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2016, v. 1, p. 100-110.
13. RIBAS, L. M.. Arbitragem e Transação na Gestão dos Conflitos Ambientais. In: Bleine Queiroz Caúla; Geraldo Clésio Maia Arruda; Valter Moura do Carmos. (Org.). Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, v. Vol 6, p. 117-134.
14. [RIBAS, L. M.](#); COSTA, T. N. G. . MEDIAÇÃO COMO SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS: UM PARADIGMA QUE ALTERA A CULTURA JUDICIÁRIA DA LITIGIOSIDADE PARA A HARMONIZAÇÃO E COOPERAÇÃO SOCIAL.. In: XXV CONGRESSO DO CONPEDI, 2016, Curitiba. XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA. CURITIBS: CONPEDI, 2016. p. 150-167.

15. RIBAS, L. M.; MIRANDA, K. K. G. D. . Aspectos tributários na defesa do meio ambiente: análise na gestão dos resíduos sólidos no Brasil. In: MIRANDA GONÇALVES, R.. (Org.). DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS. 1ed.Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2016, v. , p. 425-435.
16. RODRIGUES, M. A. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Dignidade Humana e Fronteira: uma análise à luz do Estatuto do Estrangeiro e do Decreto N. 6975/2009. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015. v. 1. p. 829-839.
17. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Migração Internacional, Direitos Humanos e Cidadania: Reflexões sob o paradigma da mobilidade e da autonomia.. In: Antonio Hilario Aguilera Urquiza. (Org.). Fronteira dos Direitos Humanos: Direitos Humanos nas fronteiras.. 1ed.Campo Grande: Editora UFMS, 2016, v. 1, p. 57-76.
18. SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, G. . Os poderes paralegislativos e paraconstituintes da jurisdição constitucional: técnicas de decisão dos órgãos da jurisdição constitucional na contemporaneidade e a produção jurídica.. In: Adriana Fasolo Pilati Scheleder; Ilton Norberto Robl Filho. (Org.). Jurisdição Constitucional e Democracia. 1ed.Itajaí: Editora da UNIVALI, 2016, v. 1, p. 165-190.
19. SGARBOSSA, Luís Fernando; JENSEN, Geziela . A circulação do modelo do amparo mexicano entre os ordenamentos nacional e internacional: um estudo de direito comparado.. In: Salete Casalli Rocha; Roseli Michalowski Alves; Daniela E. Urio Mujahed. (Org.). Direitos Humanos em Direito Comparado. 1ed.Francisco Beltrão, PR: Grafibem, 2016, v. 1, p. 15-30.
20. SILVA, F. C. T. ; WENCESLAU, Maurinice Evaristo . DA HISTÓRIA POLÍTICO-JURÍDICA AOS ESTUDOS CURRICULARES CRÍTICOS: cultura, diferença e cidadania. In: XII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, 2016, Medellín. Memórias XII Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. Medellín - Colômbia: Universidad de Antioquia, 2016. v. 1. p. 345-361.
21. VERAS, Ney Alves. Comentários aos artigos 1.009 a 1.014 do Novo CPC (Recurso de Apelação). In: ALVIM, Angélica Arruda; ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda; LEITE, George Salomão.. (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 1165-1173.
22. VERAS, Ney Alves. Comentários aos artigos 659 a 673 do Novo CPC (Arrolamento). In: Alvim, Angélica Arruda; Assis, Araken; Alvim, Eduardo Arruda; Leite, George Salomão.. (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1, p. 759-774
23. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SORGATTO, M. . LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES, DISPONIBILIZADAS NA BDTD, SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA (1992 A 2012). In: SABERES EM AÇÃO: III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UCDB, 2016, Campo Grande (MS). UNIVERSIDADE: INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E COMPROMISSO SOCIAL. Campo Grande (MS): UCDB, 2016. v. 1. p. 253-267.
24. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; DALL'ONDER, L. F. . ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO e II SEMINÁRIO NACIONAL DO OBEDUC, 2016, CAMPO GRANDE (MS). ANAIS. CAMPO GRANDE (MS): EDITORA UCDB, 2016. v. 1.
25. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; DALL'ONDER, L. F. . ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS INDÍGENAS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO e II SEMINÁRIO NACIONAL DO OBEDUC, 2016, CAMPO GRANDE (MS). ANAIS. CAMPO GRANDE (MS): EDITORA UCDB, 2016. v. 1.
26. [WENCESLAU, Maurinice Evaristo](#); [SANTOS, D. O.](#) . Articulação da Pesquisa Jurídica: O PNEDH e as Produções do CONPEDI em Educação em Direitos Humanos. In: SILVA, F.C.T; RASSLAN,

- M.C.. (Org.). OBSERVATÓRIO DE CULTURA ESCOLAR: estudos e pesquisas sobre escola, currículo e cultura escolar. 1ed.Campo Grande: UFMS, 2016, v. 2, p. 109-132.
27. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . DIÁLOGOS DO MERCOSUL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS DOCUMENTOS DE 1991 A 2015. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO e II SEMINÁRIO NACIONAL DO OBEDUC, 2016, CAMPO GRANDE (MS). CADERNO DE RESUMOS. CAMPO GRANDE (MS): EDITORA DA UCDB, 2016. v. 1.
28. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SILVA, F. C. T. . UMA CONFIGURAÇÃO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO (1930-1960): CULTURA, FORMAÇÃO HUMANA E BOA EDUCAÇÃO. In: XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, 2016, Oporto/PT. XI Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação. Oporto/PT: NORPRINT, 2016. v. 1. p. 311-326.

### ***Resumos publicados em anais de eventos científicos***

1. ARRUDA, R. A.; CARRER, K. B. . A Remição da Pena pelo Estudo na Comarca de Campo Grande Ms. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 171.
2. ARRUDA, R. A.; FERREIRA, M. P. D. . O Crime de Tráfico de Drogas na Visão do Supremo Tribunal Federal. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 174.
3. ARRUDA, R. A.; SILVA, E. N. S. . A Remição da Pena pelo Estudo na Comarca de Campo Grande MS. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 161.
4. CAMPELLO, L. G. B.; LARA, C. S. . O formato do resumo expandido no desenvolvimento da pesquisa jurídica: a experiência dos Congressos Nacionais da FEPODI. In: Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino do Direito, 2015, Brasília. Anais completos do VIII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi). Brasília: Abedi. p. 176-176.
5. FLORES, A.; MARTINS, T. H. R. . O Crime de Tráfico de Drogas na Visão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 188.
6. FLORES, A.; MARTINS, T. H. R. . O Crime de Tráfico de Drogas na Visão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. In: XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 188.
7. FLORES, A.; REDO, E. L. O. . O entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do crime de tráfico de drogas. In: Pibic, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 159.
8. FLORES, A.; REDO, E. L. O. . O entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do crime de tráfico de drogas. In: Pibic, 2015, CAMPO GRANDE. XIX Encontro de Iniciação Científica da UCDB. CAMPO GRANDE: UCDB, 2015. p. 159.
9. GUTIERREZ, José Paulo; NASCIMENTO, A. C. . As crianças indígenas Guarani e Kaiowá: observação do processo próprio de aprendizagem na aldeia Laranjeira Nãnderu, Rio Brilhante, MS. In: VI Seminário Povos indígenas e Sustentabilidade: Saberes indígenas e a contemporaneidade, 2015, Campo Grande. VI Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: Saberes indígenas e a contemporaneidade. Campo Grande: UCDB, 2015. v. 1. p. 1-73.

10. GUTIERREZ, José Paulo; NASCIMENTO, A. C. ; AQUILERA URQUIZA, A. H. . Situando o cenário pesquisado da aldeia Laranjeira Nãnderu: o cotidiano das crianças indígenas Guarani e Kaiowá. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. XII Congresso Internacional de Direitos Humanos - Caderno de Resumos. Campo Grande: UFMS, 2015. v. 1. p. 1-178.
11. OLIVEIRA, A. M. ; CARVALHO, Luciani Coimbra de . Migração e Tráfico de Pessoas na Fronteira de Mato Grosso do Sul: Análise do direito à saúde dos migrantes e traficados. In: XII Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande. Anais XII Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015. v. 1. p. 236-236.
12. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SORGATTO, M. . A PROTEÇÃO DO TRABALHADOR ESTABELECIDOS EM CONVENÇÕES COLETIVAS DO SINDICATO DA CATEGORIA DOS METALÚRGICOS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. In: XII CIDH Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande - MS. Fronteiras dos Direitos Humanos Direitos Humanos nas Fronteiras. Campo Grande - MS: UFMS, 2015. v. 01. p. 129-129.
13. WENCESLAU, Maurinice Evaristo; SANTOS, D. O. . DEMOCRACIA NO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL: O PAPEL DA EDUCAÇÃO POLÍTICA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO. In: XII CIDH Congresso Internacional de Direitos Humanos, 2015, Campo Grande - MS. Fronteiras dos Direitos Humanos Direitos Humanos nas Fronteiras. Campo Grande - MS: UFMS, 2015. v. 01. p. 165-165.

#### 4 EXTENSÃO E APOIO AO DISCENTE

Sobre os projetos de extensão desenvolvidos ao longo do ano de 2017 e coordenados por professores da FADIR:

1. Promovido pelo Prof. Luís Fernando Sgarbossa:

Curso de Extensão Direito Constitucional Comparado.

2. Promovido pelo prof. Sandro Rogério Monteiro de Oliveira:

Curso de extensão A Constituição vai à Escola.

3. Promovidos pelo Prof. Aurelio Tomaz da Silva Briltes:

Apoio à 2ª Feira do Trabalho

Prática Jurídica em Direito do Trabalho.

Prática Jurídica em Seguridade Social.

4. Promovidos pela prof. Ana Paula Martins Amaral, com a participação de outros professores:

Aula Magna 2017.

Ciclo de Cinema: Direito e Migrações.

## 5 AVALIAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

No ano de 2016 o curso de direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, FADIR, recebeu o selo de qualidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) . O selo “OAB Recomenda” leva em conta o índice de aprovação dos alunos da faculdade nos exames da Ordem, e também a base das notas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

A revista científica na área jurídica foi classificada com Qualis B2, na área do Direito, em avaliação divulgada pela CAPES.

A comunidade acadêmica de Campo Grande/MS recebeu entre os dias 19 a 20 de abril, do ano de 2017 o V CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PÓS-GRADUANDOS EM DIREITO – FEPODI – Ética, Ciência e Cultura Jurídica, voltado a discussão de temas relacionados a formação de pesquisadores na graduação e pós-graduação em Direito no país.

Também no ano de 2017 foi firmada a parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP) e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) para a realização do Doutorado Interinstitucional (DINTER), que promove a formação de docentes em nível Doutorado em Direito, fato que propicia o fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão por meio de turmas de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (FADUSP) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora (UFMS).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A FADIR é responsável hoje por dois cursos de graduação: Bacharelado em Direito Noturno e Bacharelado em Direito Integral.

Além disso, a FADIR oferece um curso de pós-graduação *lato sensu*, com área de concentração Educação em Direitos Humanos e um curso de pós-graduação *stricto sensu*, com área de concentração em Direitos Humanos.

Este relatório será amplamente divulgado à comunidade da FADIR, assim como à UFMS, para que possa servir como um documento norteador das ações futuras, tanto por parte da Direção quanto pelas coordenações de curso, visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela FADIR. Desta forma, este documento será usado como subsídio às discussões acerca do Planejamento Estratégico que está sendo desenvolvido a partir da pesquisa de Plano de Trabalho/PIBIC Planejamento e Reestruturação de Organizações Públicas e Terceiro Setor.